

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Campus Litoral Norte
Departamento Interdisciplinar
Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento –
PGDREDES

Álvaro Ribeiro Nicotti

DESIGUALDADE SOCIAL, QUESTÃO DA MORADIA E A TRAJETÓRIA DE VIDA
UM ESTUDO NA COMUNIDADE DA PORTELINHA NO MUNICÍPIO DE
TRAMANDAÍ-RS

Tramandaí

2023

Álvaro Ribeiro Nicotti

DESIGUALDADE SOCIAL, QUESTÃO DA MORADIA E A TRAJETÓRIA DE VIDA
UM ESTUDO NA COMUNIDADE DA PORTELINHA NO MUNICÍPIO DE
TRAMANDAÍ-RS

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de mestre em Dinâmicas
Regionais do Campus Litoral Norte da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientador: Prof. Dr. Dilermando Cattaneo da
Silveira

Tramandaí

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

Ribeiro Nicotti, Álvaro
DESIGUALDADE SOCIAL, QUESTÃO DA MORADIA E A
TRAJETÓRIA DE VIDA UM ESTUDO NA COMUNIDADE DA
PORTELINHA NO MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ-RS / Álvaro
Ribeiro Nicotti. -- 2023.
93 f.
Orientador: Dilermando Cattaneo da Silveira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte, Programa de
Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e
Desenvolvimento, Tramandaí, BR-RS, 2023.

1. Desigualdade social. 2. Pobreza. 3. Direito à
moradia. 4. Trajetórias de vida. I. Cattaneo da
Silveira, Dilermando, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Álvaro Ribeiro Nicotti

DESIGUALDADE SOCIAL, QUESTÃO DA MORADIA E A TRAJETÓRIA DE VIDA UM ESTUDO NA COMUNIDADE DA PORTELINHA NO MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ-RS

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de mestre em Dinâmicas
Regionais do Campus Litoral Norte da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientador: Prof. Dr. Dilermando Cattaneo da
Silveira

Aprovado em: Tramandaí, 04 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André dos Santos Baldraia Souza
UFRGS

Prof^a. Dr^a. Marlise Amália Reinehr Del Forno
UFRGS

Prof^a Dr^a Nola Patrícia Gamalho
UNIPAMPA

DEDICATÓRIA

Ao meu filho Francisco.

AGRADECIMENTOS

Agradeço pela possibilidade de realizar este trabalho ao meu filho Francisco, pela simples motivação de minha vida.

Aos meus professores e professoras que contribuíram com seu conhecimento e experiência.

A todos e todas da comunidade da Portelinha, no município de Tramandaí, em especial àqueles que abriram a porta de suas casas para me receber e proporcionar a produção desta pesquisa.

EPIÍGRAFE

Acordo de manhã, pego o metrô e trem lotado
Se vou de buso, chego atrasado
Tento não atrasar minhas dívidas, por isso fico na dúvida
Ou encaro o perigo, ou continuo sossegado
Ganhar mixaria, ou correr o risco de ser apartado
Sinceramente não sei o que faço,
Não quero ser mais um na lista de procurados
Olho pra dentro da minha casa, não é tudo que quero
Mas é tudo que posso ter, pelo menos, no momento
(Trecho da música *Desabafo de um homem pobre*, de Tahíde e Dj Hum)

RESUMO

Este trabalho tem como propósito abordar a desigualdade social, a questão da moradia e as trajetórias de vida das pessoas que buscaram o Litoral Norte do RS para viver. Trata-se de um estudo na comunidade da Portelinha, no município de Tramandaí. O objetivo da pesquisa foi buscar compreender a trajetória, as realidades e os motivos dos moradores da Portelinha escolherem espaços irregulares e sem serviço público básico para sua moradia. De forma específica, buscou-se analisar as condições de vida em que se encontram as famílias residentes na comunidade da Portelinha; investigar as trajetórias das pessoas até ocuparem o espaço que hoje se denomina Portelinha e entender os motivos que levaram pessoas a ocuparem espaços irregulares sem serviço público básico de água, esgoto e luz. Do ponto de vista metodológico é uma pesquisa qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada com moradores e moradoras da Portelinha. Um trabalho que buscou dar amplitude às vozes dos moradores e moradoras entrevistadas e que representaram a comunidade, no que tange a reivindicação de direitos. Esta pesquisa também serve para que mais pessoas pudessem entender como estes sujeitos se reconhecem e como se faz importante a necessidade de construirmos uma sociedade mais digna e justa para todos e todas.

Palavras-chave: Desigualdade; pobreza; moradia; trajetórias.

ABSTRACT

This research aimed to address social inequality, the issue of housing and the life trajectories of people who sought the north coast of RS to live. This was a study in the community of Portelinha, in the municipality of Tramandaí. The objective of this study was to understand the trajectory, realities and reasons why Portelinha residents choose irregular spaces without basic public services for their housing. Specifically, we sought to analyze the living conditions of families living in the community of Portelinha, in the municipality of Tramandaí-RS; investigate people's trajectories until they occupied the space that is now called Portelinha and understand the reasons that led people to occupy irregular spaces without basic public water, sewage and electricity services. This was a qualitative research, using semi-structured interviews with residents of Portelinha as a data collection instrument. A work that sought to broaden the voices of the residents interviewed and who represented the community, in terms of claiming rights. This research also helped more people understand how these subjects recognize themselves and how important the need to build a more dignified and fair society for all of us is.

Keywords: Keywords: Inequality; poverty; home; trajectories

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Localização Litoral Norte.....	13
Figura 2- Imagem do Litoral Norte RS destacando Tramandaí.....	14
Figura 3- Os campos de dunas, lagoa do Gentil e a Portelinha.....	15
Figura 4- Imagem da Portelinha nas dunas.....	15
Figura 5- Fronteira entre a área urbana da Portelinha e os campos de dunas.....	16
Figura 6- Imagem da Portelinha.....	18
Figura 7- Vista panorâmica da Portelinha.....	19
Figura 8- Viela não pavimentada, após manhã de chuva área norte Portelinha.....	19
Figura 9- Viela não pavimentada na área sul da Portelinha.....	20
Figura 10- Itinerário linha de ônibus.....	21
Figura 11- Mercado Beibe.....	22
Figura 12 - Localização do “Agual”, atual Parque dos Presidentes.....	24
Figura 13- Seu Aílton e Fernanda.....	26
Figura 14- Rosane e família.....	27
Figura 15- Ubiratan (Bira).....	28
Figura 16- Vânia e a loja de conveniência.....	29
Figura 17- Casa da Paulete.....	30
Figura 18: Estudantes e Professores na casa do seu Aílton, pelo EEG.....	31
Figura 19- Rua da Portelinha com Fiat Uno Fire 2006 estacionado.....	34
Figura 20- Área sul da Portelinha vista dos campos de dunas.....	39
Figura 21- Início das dunas e área norte da Portelinha.....	40
Figura 22- Depósito de lixo próximo às dunas.....	40
Figura 23- Frente da casa da Paulete.....	51
Figura 24- Imagem das sobreposições de distâncias.....	58
Figura 25- Depósito de lixo em uma das quadras ao sul da Portelinha.....	59
Figura 26- Instalação de poste de luz regular.....	71
Figura 27- Depósito de lixo nas margens da rua.....	79
Figura 28- Depósito de lixo em terreno baldio.....	79
Figura 29- Rua após uma breve chuva.....	80
Figura 30- Rua da Portelinha.....	80
Figura 31- Residência de um reciclador.....	81
Figura 32- Vaca no pátio da vizinha da Vânia.....	81

Figura 33- Residência ao norte da Portelinha.....8

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A PORTELINHA.....	15
2.1	BASES FÍSICAS E NATURAIS	15
2.2	A PORTELINHA E SUA CONDIÇÃO DE PERIFERIA	19
2.3	O AGUAL	26
3	CAMINHOS DA PESQUISA	28
3.1	A SUBJETIVIDADE DA PESQUISA	28
3.2	A PORTELINHA NO ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA	35
3.3	AMOSTRAGEM, ANÁLISE DE DADOS, O PESQUISADOR E O ESPAÇO DE PESQUISA.....	37
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REVISÃO DE LITERATURA	40
4.1	ESPAÇO GEOGRÁFICO	40
4.2	A PAISAGEM.....	43
4.3	DESIGUALDADE SOCIAL, POBREZA E RIQUEZA	46
4.4	DIREITO À CIDADE E (FALTA DE) MORADIA.....	48
5	A PORTELINHA COMO SOBREPOSIÇÃO DESIGUAL DE TEMPOS..	52
5.1	TRAJETÓRIAS.....	52
5.1.1	A história da ocupação do espaço da Portelinha	57
5.2	O ALUGUEL COME NA MESA: O VALOR DA CASA PRÓPRIA.....	59
5.2.1	Direito à cidade e as distâncias.....	62
5.3	O HOJE E O AMANHÃ: AS ANGÚSTIAS E A ESPERANÇA.....	66
5.3.1	A pobreza e a vulnerabilidade social	66
5.3.2	O trabalho com a reciclagem.....	71
5.3.3	A loja de conveniência da Vânia	73
5.4	A ESPERANÇA COM A REGULAMENTAÇÃO FUNDIÁRIA DA PORTELINHA.....	74
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS.....	81
	APÊNDICE A	84
	APÊNDICE B	88
	APÊNDICE C	89

APÊNDICE D	90
------------------	----

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade social, a pobreza e a miséria são fenômenos complexos que podem ser mensurados e analisados sob diversas perspectivas. No viés condicional ao modo de produção capitalista, a abordagem desses conceitos se faz presente no âmbito político, social e, principalmente, econômico. Sob este ponto de vista, tendo o modo de produção capitalista como cenário e os acumuladores de renda e sujeitos assalariados como principais atores; importante destacar as consequências desta relação para a sociedade como um todo, pois o capitalismo “produz automaticamente desigualdades insustentáveis, arbitrárias, que ameaçam de maneira radical os valores de meritocracia sobre os quais se fundam nossas sociedades democráticas”. (PIKETTY, 2014, p.330)

Sendo assim, a desigualdade social - um fenômeno alimentado pelo descompasso do modo de produção capitalista -, é a grande responsável pela produção da pobreza e miséria. Segundo Rocha (2003, p.9), a “pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. Já a miséria, condição última ao qual um ser humano pode chegar, está relacionada com a privação “da satisfação de algumas das necessidades vitais, de maneira que a saúde e a força física tornar-se-iam precárias a ponto de fazer perigar a própria vida” (SANTOS, 2009, p.17)

A desigualdade social, geradora da pobreza, reflete-se diretamente no dia-a-dia das pessoas, impactando na qualidade da alimentação, na segurança, na saúde, na educação e, evidentemente, na moradia de milhares de famílias. Nesse sentido, a moradia ou a falta dela, é um problema nacional crônico visível em todas as cidades brasileiras, inclusive Tramandaí, como constatado no bairro da Portelinha, local de estudo desta pesquisa.

Contudo, se a questão da (falta) moradia é um dos graves problemas ocasionados pela desigualdade social, importante destacar que a moradia também é um direito adquirido. Afinal, o direito à moradia consiste em um direito humano e universal, indispensável para a reprodução da vida e fruto das lutas dos trabalhadores do século XIX e XX. No Brasil, garante-se como preceito constitucional em 1988 (art 6º), bem como um instrumento fundamental para a sua realização prática: a seguridade da função social da terra e sua destinação pública para fins de políticas habitacionais urbanas (BATISTA E FARIAS, 2018).

Desta forma, é visível a existência da pobreza e da desigualdade social relacionadas à questão da moradia, no mundo atual. Entretanto, seu contraste fica mais evidente quando analisamos os espaços urbanos e os direitos fundamentais do ser humano negados e negligenciados a grupos massivos de pessoas. Um desses é o direito à cidade e suas garantias

de bem estar que devem ser proporcionadas aos moradores. Afinal, não é difícil localizar espaços urbanos, principalmente se tratando de cidades em países com altos índices de desigualdade social, onde não se vejam famílias vivendo em situação de vulnerabilidade social e moradias precárias.

Sendo assim, a pobreza, a desigualdade social e a questão da moradia estão ocupando e produzindo espaços, exigindo o debate acerca das questões de infraestrutura e sua precariedade à grandes contingentes populacionais. Falta infraestrutura e serviços coletivos adequados, “como pavimentação, saneamento básico, atendimento de água e energia elétrica, além do problema do transporte público devido às grandes distâncias que separam o lugar da reprodução social” (Ribeiro, 2016, p.200) e também dos espaços necessários à vida na cidade, como os postos de trabalho, lazer e serviços de saúde pública.

Nestas mesmas condições de falta de acesso a infraestrutura essencial e ao serviço coletivo básico adequado, é que se encontra a Comunidade da Portelinha, no município de Tramandaí-RS. De acordo com a Prefeitura Municipal, este aglomerado urbano se formou devido a uma ocupação irregular e, seus habitantes, hoje, se encontram em situação de pobreza. De acordo com o portal de notícias da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),¹ existe um projeto em conjunto com a Prefeitura Municipal para a regularização fundiária da localidade da Portelinha, que beneficiará aproximadamente 760 famílias, hoje vivendo sem infraestrutura urbana básica. Desta forma, a questão que esta pesquisa buscou responder foi: quais são as trajetórias, as realidades e os motivos que levaram pessoas a ocuparem espaços sem serviço público básico, como água, esgoto e luz?

Como primeira hipótese, tem-se a alta taxa de urbanização desregulada e o crescimento demográfico registrado nos últimos anos no Litoral Norte do Rio grande do Sul. Este fato trouxe à região uma série de demandas, no âmbito ambiental e social. Uma das questões que bastante chama a atenção são as ocupações urbanas irregulares, maioria delas em situação de pobreza e miséria, sendo a comunidade da Portelinha uma delas.

Outra hipótese para se refletir sobre a ocupação da Portelinha, foi a regularização do Agual, hoje conhecido como bairro Parque dos Presidentes. Este processo teve como objetivo promover a urbanização, legalização e regularização da área ocupada por centenas de famílias.

¹ Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/ufrgs-integra-projeto-de-regularizacao-fundiaria-em-tramandai>. Acesso: Maio/2023.

Esta regularização fundiária, finalizada em 2012, teve como consequência a oficialização da doação do terreno, que era do Município de Osório, à Tramandaí.²

Este processo de regulamentação fundiária, levou serviços públicos de utilidade básica, como água encanada, esgoto e luz. No entanto, também elevou taxas monetárias por estes serviços, bem como o padrão de vida na região. Isto pode estar relacionado a migração de algumas famílias, que não tiveram condições de dar continuidade no novo bairro regularizado a procurar regiões irregulares e sem despesas, como cobranças oriundas da instalação de rede elétrica, água encanada, entre outros.

Contudo, também é possível trazer como hipótese o fato de que famílias tenham optado por ocupar o espaço, hoje denominado Portelinha, em função do reflexo da expansão do capital imobiliário. A construção de pequenos e médios estabelecimentos/residências pode ter provocado o deslocamento de populações de vulnerabilidade social, estabelecidas em locais visados pela construção civil, voltada ao turismo e comércio.

O objetivo deste estudo foi buscar compreender a trajetória, as realidades e os motivos dos moradores da Portelinha escolherem espaços irregulares sem serviço público básico para sua moradia. De forma específica, buscou-se analisar as condições de vida em que se encontram as famílias residentes na comunidade da Portelinha, no município de Tramandaí-RS; investigar as trajetórias das pessoas até ocuparem o espaço que hoje se denomina Portelinha e entender os motivos que levaram pessoas a ocuparem espaços irregulares sem serviço público básico de água, esgoto e luz.

Este trabalho foi dividido em seis capítulos a contar desta introdução. O segundo capítulo aborda as questões físicas e sociais da Portelinha. No terceiro, apresenta-se a metodologia utilizada nesta pesquisa, tendo como nome do capítulo caminhos da pesquisa. No quarto capítulo, é trazida a fundamentação teórica, onde encontram-se os conceitos abordados neste trabalho a partir de autores de referência. Já na quinta parte, tem-se a análise do conteúdo das entrevistas e os seus resultados. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

² Informação disponível no portal da prefeitura de Tramandaí < http://www.tramandai.rs.gov.br/index.php?acao=noticias¬icias_id=10545> Acesso em set/2023.

2 A PORTELINHA

Este capítulo tem como objetivo apresentar a Portelinha, tanto como um espaço geográfico quanto no seu aspecto social. Num primeiro momento, foram verificadas suas características físicas, através de pesquisa bibliográfica e fontes de mapas. Logo em seguida, foi analisado seu contexto social, levando em consideração trabalhos de pesquisa e relatos de moradores.

2.1 BASES FÍSICAS E NATURAIS

O município de Tramandaí está localizado no litoral norte do Rio Grande do Sul, distante 118 km da capital Porto Alegre. Tramandaí faz parte de um centro de turismo sazonal vinculado à orla marítima nos períodos de veraneio e possui seus limites definidos pelo Oceano Atlântico ao leste e pela divisa com os municípios de Imbé ao Norte, de Cidreira ao Sul e de Osório ao Oeste. De acordo com o IBGE, a área total do município é de 142,8 km² e sua população, de acordo com o Censo 2022, é de 54.387 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 380.65 hab/km². Além disso, Tramandaí se projeta como uma das principais cidades da região, tendo o turismo e o capital imobiliários como principais forças econômicas.

3

Figura 1- Localização do Litoral Norte



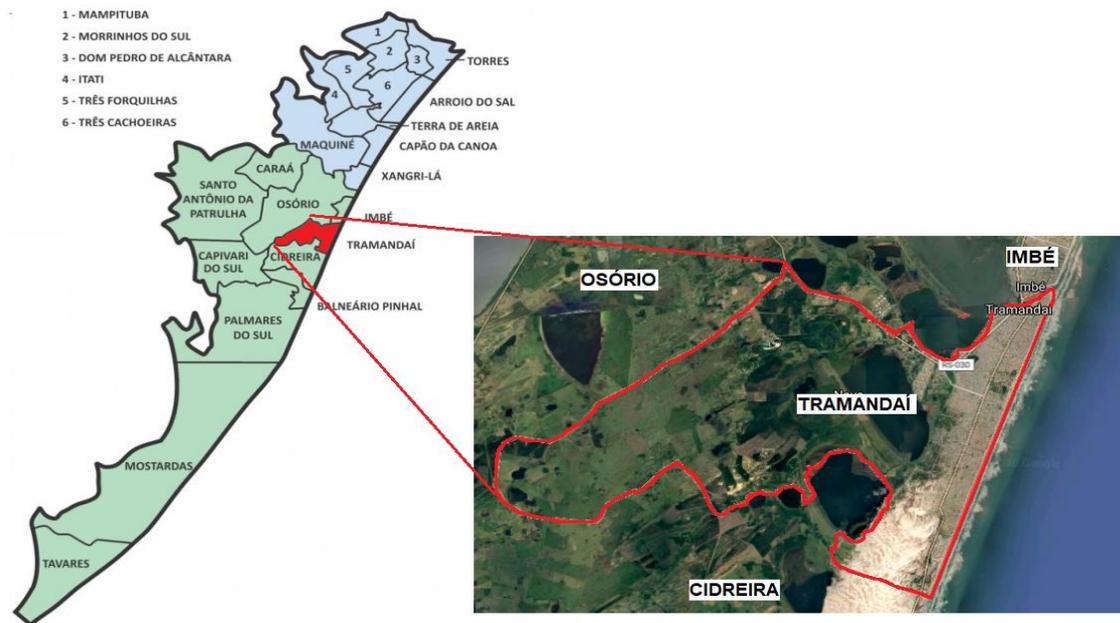
Fonte: google Earth adaptado por Lopes et al. 2023

³ Disponível no portal do IBGE < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/tramandai.html> > Acesso em junho/2023

O litoral norte do Rio Grande do Sul é caracterizado geograficamente pela sua planície costeira, considerada uma ampla área de terras baixas, ocupadas por um grande sistema lagunar, balneários e campos de dunas. Em Tramandaí, as lagoas que configuram este sistema lagunar são as lagoas da Custódia, do Gentil (fronteira com município de Cidreira) e Tramandaí (fronteira com município de Imbé). Além do sistema lagunar, a região se define também pela presença de balneários que, segundo Strohaecker:

Corresponde à ocupação urbana contínua em faixa longitudinal ao oceano (...) essa zona abrange significativamente os municípios de Imbé, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Arroio do Sal, Xangri-lá e parcialmente os municípios de Tramandaí, Cidreira, Torres, Osório e Terra de Areia. (2010, p.32)

Figura 2- Litoral Norte RS destacando Tramandaí



Fonte: Nicotti *et. al* (2022)

Outra geografia física importante e própria da região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul são os campos de dunas que são também definidos por Strohaecker como:

Localidades dispersas ao longo do litoral que apresentam a melhor situação de conservação dos campos de dunas remanescentes. Últimos redutos de preservação da seqüência natural de ambientes costeiros, abrangendo, de forma sucessiva, o sistema praial, o campo das dunas e o sistema de lagoas costeiras. Destaca-se a importância da fauna e flora associadas, em bom estado de conservação, garantidas pela ocupação humana ainda pouco significativa em determinados setores da orla. Os campos de

dunas ainda preservados localizam-se nos municípios de Cidreira (38%), ao sul de Tramandaí (34%) e de Torres (11%). (2010, p.131)

Figura 3- Os campos de dunas, lagoa do Gentil e a Portelinha.



Fonte: *Google maps*, 2023. Imagem editada pelo autor

Importante destacar que grande parte destes campos de dunas estão localizados no município de Cidreira e ao sul de Tramandaí. Esta região é justamente onde se deu a ocupação irregular por parte de muitas famílias, que hoje constituem a chamada Portelinha.

Figura 4- Imagem Portelinha nas dunas



Fonte: *Google maps*, 2023. Imagem editada pelo autor

Figura 5- Fronteira entre a área urbana da Portelinha e os campos de dunas



Fonte: Foto do autor. 2023

2.2 A PORTELINHA E SUA CONDIÇÃO DE PERIFERIA

O município de Tramandaí vem demonstrando forte crescimento populacional desde a década de 1990, com maior incremento nas primeiras décadas do século XXI. No período entre 2010 e 2019 a população tramandaiense cresceu 24,36%, enquanto no mesmo período o Rio Grande do Sul e o Brasil apresentaram, respectivamente, taxas de crescimento de 6,39% e 10,17% (GOVERNO DO ESTADO, 2015; IBGE, 2020). Tais valores demonstram a existência de movimentos migratórios em direção ao município. Ramos (2016) indica que existem dois perfis de migrantes para os municípios balneários da região: aposentados motivados pela qualidade de vida do balneário e trabalhadores de baixa renda atraídos pela expansão do comércio e da construção civil. Neste sentido, Strohaecker acrescenta que:

A crescente demanda por imóveis para fins de segunda residência pelos estratos de média e alta renda no Litoral Norte condicionou a implementação de dezenas de estabelecimentos comerciais e de serviços para atender a essa população sazonal. Gradativamente, a economia da região se diversifica e a população permanente desses balneários e distritos começa a crescer, sobretudo pela imigração de contingentes populacionais regionais e de estados vizinhos (2010, p.77).

Dialogando com o que Ramos (2016) e Strohaecker (2010) afirmam, um dos moradores da Portelinha entrevistado nesta pesquisa, disse que veio morar na comunidade em função do comércio. Nas palavras dele: “já era casado e tinha um comércio alugado em outro lugar e resolvi morar aqui. Como também trabalho em construção civil, vim pra cá e construí um mercado. Comecei com uma pecinha e fui aumentando” .

No entanto, Tramandaí apresenta números negativos, no que tange pobreza e rendimento por pessoa. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o município apresentava 31,5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 243 de 497 dentre as cidades do estado e na posição 4.398 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

Outra dificuldade que o município encontra e que se faz necessário o enfrentamento por parte do poder público e da sociedade civil organizada é a questão da moradia. Consequência da desigualdade social, da pobreza e da posse privada da terra, o déficit habitacional é um problema nacional que se reproduz em todos em todas as regiões do país. Segundo o relatório da Fundação João Pinheiro, encomendado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, em 2019, entende-se por déficit habitacional

“A deficiência de estoque de moradias, englobando aquelas sem condições de serem habitadas, a necessidade de incremento do estoque, em função da coabitação familiar forçada, dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade”.

O relatório também demonstra que o déficit habitacional estimado para o Brasil foi de 5,876 milhões de domicílios. Em termos relativos, o número total representa 8,0% do estoque total de domicílios particulares permanentes e improvisados do país. Na região sul, foi de 618 mil domicílio e, no Rio Grande do Sul, quase 221 mil.

A comunidade que hoje habita o espaço denominado Portelinha não foge às questões aqui trazidas de desigualdade social, pobreza e déficit habitacional. Afinal, a Portelinha é consequência de uma invasão/ocupação, onde milhares de pessoas estão vivendo em moradias irregulares e sem infraestrutura adequada.

A Portelinha está situada no extremo sul do município de Tramandaí, a oeste do balneário Jardim Atlântico e ao sul do balneário Oásis Sul. Trata-se de uma ocupação irregular recente, vinculada à implantação do parque de energia eólica instalado em 2012. Estima-se que em 2021 a localidade possuía cerca de 3 mil habitantes e 1.053 lotes (UFRGS, 2021). Contudo, segundo o morador e presidente da associação dos moradores da Portelinha (Jackson), a ocupação já está com quase 4 mil habitantes.

Figura 6- Portelinha em destaque



Fonte: Nicotti *et al.*, 2022

A localidade, que fica distante 9 km da região central de Tramandaí, pode ser acessada pela Avenida Interpraias (Estrada RS-786). Assim como outras regiões periféricas de Tramandaí, possui vias internas com pavimento de paralelepípedo em más condições, além de vielas sem pavimentação. Como veremos mais adiante, esse é um dos grandes problemas enfrentados pela comunidade, ao abordar a questão da mobilidade e acesso a serviços públicos básicos.

Figura 7- Vista panorâmica da Portelinha



Fonte: Ubiratan Dias. 2023

Figura 8-Viela não pavimentada, após manhã de chuva área norte Portelinha.



Fonte: foto do autor. 2023

Figura 9- Viela não pavimentada na área sul da Portelinha.

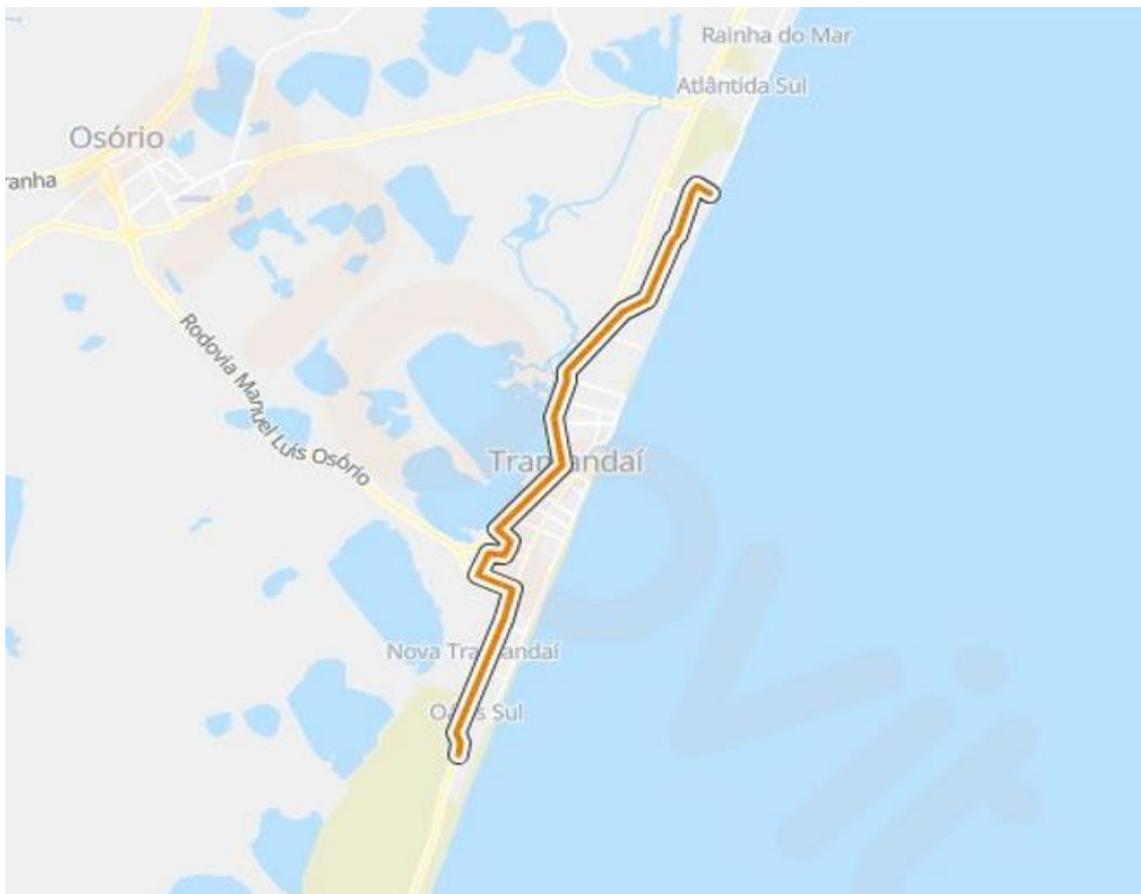


Fonte: foto do autor. 2023

Como o centro de Tramandaí fica no extremo norte da cidade, na divisa com o município de Imbé, a Portelinha acaba se caracterizando por ser a região mais afastada da cidade. Para chegar à comunidade, além de carro, pode se fazer através de ônibus. O município de Tramandaí oferece uma linha de ônibus até a Portelinha, pela empresa São José, com o itinerário denominado Jardim do Édem.

A linha Jardim do Édem sai do extremo norte do município de Imbé, mais precisamente do bairro Santa Terezinha e vai até o extremo sul de Tramandaí, sendo uma das últimas paradas a da comunidade.

Figura 10- Itinerário linha de ônibus



Fonte: moovit. 2023

Ao descer do ônibus, na avenida Paraguassú, é preciso se deslocar quatro quadras, em direção oposta ao mar, para se chegar ao centro comercial da Portelinha. Até lá, os primeiros 330 metros de rua ainda são de paralelepípedo. Em seguida, tem-se as ruas sem pavimento e infestada de buracos e pedregulhos. Não dificilmente, quando se tem uma breve queda de chuva, a Portelinha já se transforma em um local de difícil acesso, em função do barro e de eventuais inundações, como relata a maioria dos entrevistados desta pesquisa.

Desta forma, a Portelinha é considerada um bairro da periferia do município de Tramandaí. Contudo, é importante definir como se entende e como se visualiza a periferia. Afinal, “o termo periferia está presente no cotidiano da sociedade, aparece na mídia, avança no senso comum, é interpretado nos corpos e incorpora valores” (GAMALHO E HEIDREICH, 2011, p.3).

No caso da Portelinha, a mesma é associada a “periferia” da cidade por realmente ser um espaço ocupado muito distante da região central e, também, pela sua população ser constituída por pessoas de baixa renda. Sendo assim, “a periferia aparece, frequentemente, vinculada à questão da distância do centro e associada ao segmento populacional pobre, de onde

surgem as reflexões quanto ao espaço de exclusão sócio-territorial” (GAMALHO E HEIDREICH, 2011, p.4).

O centro comercial da Portelinha, assim denominado por muitos moradores, é onde se localiza a padaria, o mercado Beibe, a agropecuária, a loja de conveniência da Vânia e que contém o maior fluxo de transporte e pessoas. É a parte da Portelinha onde terminam as vias com menos problemas de circulação em função da não pavimentação das mesmas. Inclusive, é possível verificar uma divisão no espaço urbano da comunidade, quando observamos a infraestrutura das casas, a quantidade do comércio e as condições da pavimentação. Segundo Bira:

Da pra dividir a Portelinha sim. Vamos dividir ela em três. Hoje, agora, nós estamos bem no centro da Portelinha. Aqui é o coração da Portelinha (casa do Bira, onde se deu a entrevista e considerado região central da Portelinha). Da faixa ao Beibe seria a região de quem tem uma condição melhor de vida. Mais para o fundo dela estão as famílias com maior necessidade.

Figura 11- Mercado Beibe



Fonte: *Googlemaps*, 2023.

É nesta configuração espacial física e social que a ocupação da Portelinha se constitui. Uma ocupação urbana irregular, mas que já está em processo de regulamentação fundiária junto aos atores públicos responsáveis, localizada ao sul de Tramandaí onde faz divisa com o município de Cidreira e que se mistura aos campos preservados de dunas. Além disso, uma ocupação urbana que apresenta problemas de pobreza nas suas mais diversas representações.

2.3 O AGUAL

O recorte objeto de análise desta pesquisa é a Portelinha, um aglomerado formado recentemente junto ao bairro Jardim Atlântico, na região sul do município. No entanto, se faz necessário entender a região conhecida como “Agual” e que atualmente constitui o bairro Parque dos Presidentes. Afinal, trata-se da última ocupação urbana irregular regularizada pelo poder público. Aliás, processo este que a Portelinha está desenvolvendo.

Em 2010, a população estimada do local era de 5,6 mil pessoas, na época cerca de 15% da região possuía infraestrutura de energia elétrica. (DIÁRIO GAÚCHO, 2010). Em abril de 2021 foi concluído o processo de regularização fundiária do “Agual”, data em que 1.200 famílias da localidade obtiveram título de propriedade dos lotes em que residem (TRAMANDAÍ, 2021).

Figura 12 - Localização do “Agual”, atual Parque dos Presidentes



Fonte: Nicotti Et. Al. 2023

Diferente de outras regiões do município que possuem baixa densidade demográfica, devido às habitações destinadas ao período de veraneio, o “Agual” é uma região densamente povoada. Sua ocupação ocorreu de forma predominantemente irregular e desordenada, possuindo origem na década de 1980, quando a localidade ainda ficava nos limites do município de Tramandaí e pertencia em parte ao município de Osório. Fato que auxiliou no descaso do

poder público com a expansão das invasões, visto que não era um local pertencente à Tramandaí e ficava distante do centro de Osório (FARION, 2007).

Na época em que se iniciou a ocupação da região, esta se encontrava periférica em relação ao centro urbano do município de Tramandaí. Atualmente a localidade está integrada à malha urbana e cercada pelos bairros São Francisco II ao norte, Aldeia da Lagoa ao sul e Tramandaí Beira Mar ao leste.

É válido destacar que nas proximidades do “Aguai”, em direção à beira mar, já foram identificadas áreas de expansão desordenada e irregular, conforme aponta a publicação de Phillip (2019).

3 CAMINHOS DA PESQUISA

O capítulo Caminhos da Pesquisa tem a finalidade de apresentar a metodologia de pesquisa aplicada neste trabalho. Aqui, são apresentados os conceitos de pesquisa qualitativa e sua ferramenta de entrevista semiestruturada, além de apresentar moradores entrevistados para realizar neste trabalho, bem como mostrar o espaço da Portelinha, objeto desta pesquisa.

3.1 A SUBJETIVIDADE DA PESQUISA

Tendo este trabalho a intensão de responder qual a realidade das pessoas que vivem na comunidade da Portelinha, no município de Tramandaí, e a trajetória de vida que faz uma família a habitar espaços irregulares sem nenhum serviço básico, como água, esgoto e luz, o caminho metodológico utilizado foi a pesquisa qualitativa. Uma pesquisa que buscou levar em conta a subjetividade dos agentes envolvidos, para propor um questionamento crítico frente a realidade apresentada, afinal:

Por meio dos resultados alcançados, será possível compreender a realidade e se posicionar criticamente frente a ela; propor a transformação da sociedade porque é parte de seu compromisso político; propor discussões e até mesmo soluções para o problema que originou a pesquisa; fazer com que as ideias e conclusões sejam ouvidas por um número significativo de pessoas (PESSÔA, 2012, p.13)

Esta pesquisa não visou quantificar dados e responder a problemática a partir de seus números. A proposta aqui não foi fazer uma leitura pragmática baseada em números e variáveis de famílias vivendo em situação de pobreza, mas sim a partir de relatos e experiências dos sujeitos envolvidos, caracterizando a subjetividade que uma pesquisa qualitativa requer. Como Creswell afirma:

Uma pesquisa qualitativa é uma pesquisa subjetiva e interpretativa, com o investigador tipicamente envolvido em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes. Isso introduz uma série de questões estratégicas, éticas e pessoais ao processo de pesquisa qualitativa. Com essas preocupações em mente, os investigadores identificam explícita e reflexivamente seus vieses, seus valores e suas origens pessoais (2007, p. 209).

Para buscar atender o problema de pesquisa e conseguir alcançar os objetivos aqui propostos, foi necessário fazer a interação com os moradores da comunidade, realizando entrevistas com a finalidade de responder de onde vieram, a quanto tempo moravam ali, os

motivos de sua vinda e as perspectivas de futuro. Assim, como ferramenta de coleta de dados utilizou-se a entrevista qualitativa, uma metodologia amplamente empregada por:

mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes e o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações. (GASKELL, 2014, p. 65)

Mais especificamente, o método de entrevista adotado foi a entrevista centrada no problema de pesquisa. Uma entrevista qualitativa onde, em sua concepção, inclui um breve questionário, o guia de entrevista, o gravador e o pós-escrito. Um guia planejado para auxiliar a sequência narrativa desenvolvida pelo entrevistado (FLICK, 2009).

O uso de um questionário simples e breve, juntamente com o guia de entrevista, auxilia no foco da mesma, pois já fornece dados substanciais, como, por exemplo, o tempo de moradia na comunidade e número de integrantes das famílias. Com essas informações (básicas e relevantes para a condução da conversação) já adquiridas, “permite ao pesquisador reduzir o número de perguntas e – o que é particularmente valioso em um programa com tempo limitado – utilizar o curto período da entrevista para tópicos mais essenciais” (Flick, 2009, p.55). O tempo delimitado é o caso desta presente pesquisa.

Por fim, completando o protocolo de entrevista, foi necessário um pós-escrito. Devido as entrevistas serem organizadas para serem na comunidade, isso significou contato com uma diversidade de locais e espaços de realização de entrevistas. Assim:

Imediatamente após a conclusão da entrevista, o entrevistador deve anotar suas impressões a respeito da comunicação, do entrevistado enquanto pessoa, dele mesmo e de seu comportamento na situação de entrevista, das influências externas, da sala na qual a entrevista ocorreu, etc. Desta maneira, documentam-se as informações extraídas do contexto que possam ser instrutivas. Esse registro pode ser útil para a posterior interpretação dos enunciados na entrevista, permitindo a comparação de diferentes situações de entrevista. (FLICK, 2009, p.56)

Com este procedimento metodológico de pesquisa, foi possível adequar-se às diversas situações e ambientes aos quais as entrevistas foram realizadas, sem comprometer significativamente a qualidade das informações a serem extraídas das conversas com os moradores. Importante salientar que, no momento em que o pesquisador vai ao encontro do entrevistado, ele deve estar preparado para se adequar a realidade do mesmo.

E foram realidades muito distintas encontradas ao realizar-se o trabalho de campo, nas casa dos moradores da Portelinha. Desde o presidente da Associação dos Moradores, que

concedeu a entrevista na mesa de um bar, até uma mãe de família que tinha que dar atenção a filha e a neta recém nascida enquanto respondia às questões da entrevista.

A seguir, o pós-escrito das entrevistas, com uma descrição breve de cada ambiente visitado:

Entrevistado Jackson da Silva

Junho de 2022. O dia era de sol, temperatura agradável e a entrevista foi realizada no armazém e padaria de propriedade de Jackson. O local fica em uma esquina da região central da Portelinha. A entrevista decorreu de forma tranquila, por mais de 40 minutos. O entrevistado estava à vontade, tanto que até pediu uma cervejinha para descontraír.

Entrevistados Fernanda Lorena Marques e Aílton da Cruz Marques

As entrevistas com seu Ailton e sua filha Fernanda foram realizadas no mês de julho de 2022. Pai e filha são vizinhos, não dividem a mesma casa. O local escolhido foi a residência do seu Ailton, uma casa de alvenaria de cor vermelha e branca, com um pátio gramado e horta com diversas hortaliças. Junto aos entrevistados, estava a neta de seu Ailton, de 5 anos, que em nenhum momento interferiu no desenvolvimento natural da nossa conversa. A entrevista durou em torno de 40 minutos.

Figura 13- Seu Aílton e Fernanda



Fonte: foto do autor. 2022

Entrevistada Rosane Neves

Em agosto de 2022, foi realizada a entrevista com a dona Rosane Neves. O local foi em sua residência, ainda em construção, localizada mais ao sul da Portelinha. O entrevistador foi muito bem recebido pela sua família que estava no local. A filha mais velha com seu bebê (neto da Rosane), uma amiga e sua filha pequena de 7 anos, mesma idade do filho mais novo da Rosane, que também estava na casa.

Entrevista se desenvolveu dentro da proposta, porém num tempo mais reduzido, de aproximadamente 11 minutos, devido a presença do nenê que na casa estava presente e demandava atenção.

Figura 14- Rosane e família



Fonte: foto do autor. 2022

Entrevistado Ubiratan Pereira Cruz Jr (Bira)

Ainda no mês de agosto, fui recebido muito bem pelo Ubiratan, mais conhecido por Bira. Seu terreno ainda é um canteiro de obras. Sua casa, ainda em construção, já possui quarto, cozinha e sala, local em que a entrevista foi concedida.

A sala é bem iluminada, graças a uma grande janela envidraçada que dá para o pátio da frente. Possui um sofá, uma mesa e uma máquina de fliperama. No pátio, foi possível visualizar o carrinho de fazer suco, ferramenta essencial de trabalho para o entrevistado, que é autônomo ambulante.

Bira mora com a esposa e muitos cães e gatos que circulam por dentro da casa. O odor de urina é muito forte, mas não ao ponto de prejudicar o andamento da entrevista.

Logo no final da entrevista, aparece na casa do Bira o Vanderlei, um dos moradores mais antigos da Portelinha. Com ele, foi realizada uma conversa informal, onde reforçava algumas colocações do Bira e, por fim, peguei o seu telefone para que pudéssemos agendar uma entrevista.

Figura 15- Ubiratan (Bira)



Fonte: foto do autor. 2022

Entrevistada Edivânia de Souza (*Vânia*)

Vânia é dona de uma loja de bazar, onde vende desde objetos eletrônicos até alimentos e bebidas. Ao lado da lojinha, fica a sua casa, onde foi feita a entrevista. Uma casa de alvenaria com uma sala bem espaçosa, mobiliada com um sofá e uma televisão de led. Junto, uma mesa de vidro razoavelmente grande, onde aconteceu a entrevista. À primeira vista, pode-se inferir que Vânia é uma mulher com condições de moradia e financeira diferenciada da maioria dos moradores da Portelinha.

O vizinho dos fundos cria alguns porcos, galinhas e uma vaca, deixando lamacento os arredores e um forte odor. Na esquina da quadra a qual a casa da Vânia faz divisa, ficou tomada de lixo, consequência de acúmulos e despejos por parte de alguns moradores com o decorrer do tempo.

Figura 16- Vânia e a loja de conveniência



Fonte: foto do autor. 2022

Entrevistada Ana Paula de Freitas Muller (Paulete)

A casa da Paulete é a mais afastada do centrinho da comunidade (chama-se de centrinho a parte do bairro que vai do supermercado *Baby* até a quadra onde fica localizada a padaria e a loja de conveniência da Vânia), localizada ao sul da Portelinha, já bem próximo a alguns aerogeradores e dispersa de algumas casas. No entanto, a mais aconchegante das casas visitadas.

A residência tem um cômodo, um banheiro e uma sala com a cozinha acoplada. Na sala, seus inúmeros cachorros estão permitidos tirarem uma soneca nos dois sofás distribuídos em um ângulo de 90 graus no centro da sala. Além dos sofás repletos de cachorros obedientes, a sala é decorada com quadros e variados itens recolhidos na reciclagem, como uma coleção de térmicas e uma gaiola, onde mora um canário. Por fim, uma mesa na entrada onde foi feita a entrevista.

Figura 17- Casa da Paulete



Fonte: foto do autor. 2022

3.2 A PORTELINHA NO ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA

No dia 05 de outubro de 2022 foi realizado no município de Imbé, o XXXVI Encontro Estadual da Geografia. Uma das atividades proposta pelo encontro foi uma saída de campo a Portelinha. Nesta saída de campo, foi organizada uma roda de conversa com algumas lideranças da comunidade para, em seguida, fazer-se uma caminhada pelos arredores.

Neste final de semana, muitas das lideranças da comunidade estavam ausentes, incluindo o Bira e o próprio presidente da associação, o Jackson. Em função disso eu, na condição de articulador desta atividade, marquei uma conversa com o seu Aílton. O bate-papo aconteceu na própria residência do mesmo. Na sequência, seu filho fez uma visita guiada com todos os estudantes e professores que ali se encontravam.

Para a pesquisa, este bate-papo foi muito interessante. O seu Aílton já havia sido entrevistado dois meses antes e, uma segunda conversa abordando um mesmo tema, mas em circunstâncias diferentes, proporcionou novas informações. É justamente por isso que um dos fatores a serem considerados, na hora da entrevista, é o ambiente.

Seu Aílton, desta vez trouxe mais detalhes do início da sua trajetória de vida lá no seu estado natal, o Espírito Santo. Contou também da sua ida ao Rio de Janeiro em busca de novas oportunidades de estudo, além do seu emprego de gerente na multinacional Carrefour, que lhe proporcionou também trabalhar em Belo Horizonte MG.

Outra questão que se faz necessária mencionar aqui e que foi trazida pelo seu Aílton nesta segunda conversa, foi como ele enxergava a Portelinha no início, quando ele veio morar na comunidade. Segundo seu Aílton, a Portelinha era um lugar perigoso com disputas de territórios entre traficantes. No entanto, segundo o próprio Aílton, isto nunca foi um problema para ele e sua família, já que sempre teve diálogo franco com todos os vizinhos e moradores da comunidade. Hoje, segundo ele, a Portelinha é um lugar tranquilo de se viver.

Figura 18: Estudantes e Professores na casa do seu Aílton, pelo EEG.



Fonte: Foto do autor. 2022

3.3 AMOSTRAGEM, ANÁLISE DE DADOS, O PESQUISADOR E O ESPAÇO DE PESQUISA

O número de sujeitos na amostragem de pesquisa foi limitado; a “seleção de entrevistados se prosseguiu gradualmente” (FLICK, 2009) e foi feita por indicação dos próprios moradores da comunidade. Este método de indicação de entrevistados, também é conhecido como método *bola de neve*, uma forma de amostra não probabilística que utiliza cadeias de referências (VINUTO, 2020). Desta forma, iniciou-se pelos representantes da Associação dos Moradores, o que permitiu melhor envolvimento com os atores envolvidos, trazendo mais detalhes para este estudo.

Desta forma, a associação dos moradores foi o ponto de partida para a pesquisa. Este primeiro critério se fez necessário, pois a referida associação foi formada e organizada, segundo o próprio presidente e sujeito entrevistado desta pesquisa, para agregar o máximo de famílias em razão de um objetivo comum: a regularização da ocupação onde hoje é a Portelinha. No entanto, para sair deste campo de influência comunitária e ampliar o universo de pessoas pretendido neste trabalho, o critério de tempo de moradia na comunidade também foi utilizado.

Outro critério de escolha dos entrevistados foi feito a partir do que se escutava do sujeito da entrevista anterior. Por exemplo: ao falar com o Jackson, o mesmo comentou muito sobre a importância dos moradores mais velhos no processo de regularização fundiária, levando o entrevistador a solicitar uma indicação de morador com esse perfil. O morador indicado foi o seu Ailton. Outro momento de indicação de entrevista, a partir do direcionamento da mesma, foi quando conversava com a Vânia e esta falou, de forma categórica, da importância da reciclagem para muitas pessoas. Esta fala, levou a indicação da Paulete para ser entrevistada.

Para analisar o conteúdo extraído das entrevistas, foi necessário separar o mesmo em categorias, onde a “categoria, em geral, é uma forma de pensamento e reflete a realidade, de forma resumida, em determinados momentos” (BARDIN, 2011). Desta forma, o conteúdo de pesquisa foi dividido em três categorias: desigualdade social/pobreza; trajetórias e questão da moradia. Sobre a separação do conteúdo das entrevistas por categoria, Bardin (2011) afirma que:

As categorias são vistas como rubricas ou classes que agrupam determinados elementos reunindo características comuns. No processo de escolha de categorias adotam-se os critérios semântico (temas), sintático (verbos, adjetivos e pronomes), léxico (sentido e significado das palavras – antônimo ou sinônimo) e expressivo (variações na linguagem e na escrita). Este processo permite a junção de um número significativo de informações organizadas em duas etapas: inventário (onde isolam-se os elementos comuns) e classificação (onde dividi-se os elementos e impõem-se organização).

Num primeiro momento, as entrevistas foram transcritas e, à medida que o texto ia sendo relido na íntegra, foram sendo distinguidos com cores diferentes de fonte cada categoria determinada e sua respectiva colocação de fala. Em seguida, o conteúdo foi subdividido e separado em três subcapítulos associados à sua categoria, para compor o capítulo principal, denominado A PORTELINHA COMO SOBREPOSIÇÃO DE TEMPOS E ESPAÇOS.

Por fim, para escrever o capítulo de análise dos dados retirados das entrevistas, foi feito um diálogo entre os entrevistados e o pesquisador. Além disso, para enriquecer o teor do conteúdo analisado, foram incluídas análises feitas por autores de pesquisas relacionadas direta ou indiretamente com este presente trabalho, como artigos, dissertações e teses, tendo como objeto de pesquisa comunidades em situação de vulnerabilidade social, desigualdade social relacionada a questão de moradia e trajetórias de sujeitos de determinadas ocupações irregulares.

Outros pontos a serem considerados aqui é minha condição de pesquisador, pai solo de um menino de 10 anos e trabalhador, onde precisei conciliar todos esses papéis, além da distância do local de pesquisa com o meu trabalho diário. Sou professor da rede pública estadual, lecionando em uma escola central do município de Capão da Canoa, distante 28 quilômetros ao norte do município de Imbé, onde eu moro. A Portelinha, espaço geográfico como objeto de estudo, fica a aproximadamente 17 quilômetros ao sul do meu lar. Foi necessário, então, toda uma logística para conciliar profissão com pesquisa, principalmente no âmbito do deslocamento, que foi feito com o meu *espetacular e querido* Fiat Uno Fire 2006. Inclusive, sempre ao me deslocar para a Portelinha para fazer as entrevistas, estacionava em um ponto mais distante e fazia o percurso final a pé, para conseguir registros fotográficos para o trabalho.

Figura 19- Rua da Portelinha com Fiat Uno Fire 2006 estacionado



Fonte: foto do autor. 2022

A questão do tempo de pesquisa também foi um desafio. Neste ponto, para que conseguisse fazer uma análise de dados de forma subjetiva e mais detalhada, foi necessário a redução do número de entrevistados. Inicialmente, foram planejadas 14 pessoas, sendo reduzido este número a nove por conta do volume de análise que geraria.

Assim, é importante dizer que todas essas considerações, incluída minha situação de professor que mora em casa alugada, me ajudou muito no exercício da empatia. A questão das distâncias, da moradia e casa própria e questões do dia-a-dia, foram motivos de bastante reflexão para mim.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo aborda as categorias de análises, utilizadas neste trabalho, de forma conceitual, a partir de uma pesquisa bibliográfica de autores e autoras de referência. São apresentados aqui conceitos sobre espaço geográfico, paisagem, desigualdade social, pobreza e questão da moradia.

4.1 ESPAÇO GEOGRÁFICO

A intenção deste trabalho é saber das trajetórias e dos motivos que levaram pessoas e famílias a habitarem espaços onde não existe serviço público básico para se viver, como água, esgoto e luz. Neste contexto, se faz necessário o entendimento de espaço, utilizando-se como referência as obras de Milton Santos e Henry Lefvreve.

No entanto, é importante reforçar o porquê de se trazer o conceito de espaço. Considerando que esta pesquisa tem por objeto a comunidade da Portelinha e a busca do entendimento dos motivos, trajetórias e realidades das famílias que nela habitam, compreende-se que essa comunidade e sua população não estão suspensas no ar. Elas estão ocupando um espaço. Então, o que é espaço?

Desta forma, é preciso definir especificamente o espaço. É importante saber como as pessoas se relacionam com a natureza para, em seguida, criar e produzir o espaço, o que Milton Santos (1999, p.202) irá chamar de técnica, quando afirma que “a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com as quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”.

Então, é através da técnica que o espaço é criado e modificado. Entretanto, apenas essa definição por si só não explica muita coisa. A técnica deve ser revelada em mais conceitos para que possamos chegar num melhor entendimento do espaço, que aqui importa entender o espaço ocupado pela comunidade da Portelinha. Partindo especificamente do espaço ocupado pela Portelinha, é possível visualizar que houve o uso da técnica através de instrumentos e objetos que possibilitaram a construção de casa e moradias. Afinal, “no começo era natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história foram sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos” (SANTOS, 1999, p.35).

Contudo, além dos objetos e instrumentos necessários para a construção das moradias e, claro, a constituição de mais uma comunidade no município de Tramandaí, foi necessária uma ação. Onde ação, para Santos (1999), é o próprio homem. O autor ainda complementa que “só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro. As ações humanas não se restringem ao indivíduo, incluindo, também, as empresas, as instituições” (SANTOS, 1999, p.67).

É desta forma que já pode-se concluir que o espaço não é criado e produzido tão somente pela técnica instrumental, mas pela soma deste com a ações humanas no próprio espaço. Este conjunto cria e modifica o espaço. O espaço geográfico, portanto, é entendido como “uma soma indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1999, p.83).

Contudo, falta ainda algo a mais para que, através da concepção de Milton Santos, possamos ter um entendimento mais claro do que é o espaço, do que é o espaço geográfico. Primeiramente, se falou da técnica. Com esta, a soma de usos de objetos através de ações sistematizadas se cria e modifica o espaço. Mas ainda aí, falta incluir o tempo e a história. Falta incluir o sistema de objetos e sistemas de ações dentro da historicidade. É por isso que, por fim, Milton Santos (1999, p.51) define que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá”.

Nesta última definição do autor para espaço, o mesmo utiliza as palavras “solidário” e “contraditórios”. Neste ponto, se faz necessário voltarmos para o exemplo prático do espaço da comunidade da Portelinha. Como veremos mais adiante, a construção da Portelinha se dá por meio de uma ação coletiva de pessoas em busca de moradia; mesmo que para este fim, se utilizem de um método irregular e ilegal, onde avançam suas casas em terras onde, por exemplo, existem os campos de dunas - áreas de preservação ambiental permanente (APP). Ou seja, temos aqui uma situação contraditória, onde a necessidade de moradia, condição necessária de dignidade humana, conflita e se contrapõe à preservação ambiental de determinados biomas.

O espaço analisado sob a perspectiva de Lefebvre (2021), parte do entendimento de que vivemos em um sistema onde o modo de produção é capitalista e que as relações sociais, na sua totalidade, se dão através de classes sociais. Diante disso, o autor afirma que “é possível que o espaço desempenhe um papel ou uma função decisiva no estabelecimento de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema” (2021, p.44).

Desta forma, o conceito de espaço passa a ser também debatido dentro do campo político e das relações de poder, a partir da perspectiva do funcionamento do sistema capitalista, onde o espaço é utilizado como:

Um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial. É um modo nas mãos de “alguém”, individual ou coletivo, isto é, de um poder (por exemplo o Estado), de uma classe dominante (a burguesia) ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quanto ter seus próprios objetivos (LEFEBVRE, 2021, p.45).

Este entendimento de espaço, ao qual se configura como um instrumento de manipulação para “alguém” exercer poder sobre outrem, ainda não satisfaz com o que de fato o espaço representa nos dias de hoje. Serve sim, quando discutimos a partir dos conceitos de força de trabalho, consumo e meios de produção, que sozinhos são suficientes para abordar o século XIX. Hoje, o espaço não se explica tão somente assim. Segundo Lefebvre (2021), a reprodução das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através dos espaços inteiros.

Se para Milton Santos, o espaço se cria e se transforma a partir das relações de sistemas de objetos e ações, onde o tempo e a historicidade se fazem importante em sua constituição, para Lefebvre o espaço se cria e se transforma na cotidianidade. O espaço se defini por si só. Neste sentido, o mesmo afirma que:

O espaço conteria em si a finalidade geral, a orientação comum a todas as atividades na sociedade neocapitalista. O espaço seria, desse modo, uma espécie de esquema num sentido dinâmico comum às atividades diversas, aos trabalhos dos indivíduos, à cotidianidade(...) O espaço inteiro torna-se o lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade etc (2021, p.49).

Sendo assim, sob esse olhar, temos o espaço então criado e produzido a partir da cotidianidade. Mas também temos o espaço projetado a partir de uma superestrutura que molda a sociedade na sua totalidade: o modo de produção capitalista. Esta percepção é importante pois, nesta perspectiva, é imprescindível que não façamos a observação necessária de que o espaço é visto como uma mercadoria, fragmentado, dividido e para consumo. Assim, a natureza, como espaço, com o espaço, é simultaneamente posta em pedaços, fragmentada e ocupada globalmente. É destruída como tal e remanejada segundo as exigências da sociedade neocapitalista (LEFEBVRE, 2021).

Esta lógica é muitas vezes percebida na Portelinha. Vejamos uma das falas do morador Jackson, ao narrar as primeiras invasões no espaço que é hoje a comunidade: “as primeiras pessoas que invadem *vai trocar, vai vender* (...) deu duas semanas, um mês e não deu tumulto, eu começo a vender para um, para outro...beleza. ganhei meu dinheirinho e vou para outro lugar”.

Esse depoimento singular e que retrata a particularidade das relações dos primeiros sujeitos a invadirem o espaço da Portelinha, reflete uma realidade maior. Esta se projeta sobre um sistema global e superestrutural. É por isso que Lefebvre (2021) define que “o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas”.

Evidente que eventos realizados numa microestrutura podem nublarem o que ocorre na verdadeira fragmentação do espaço e quem de fato define esta divisão. Aqui retorno a parte em que “alguém” exerce poder sobre “outrém”, sendo assim fazendo sentido então revelar que:

A burguesia, classe dominante, dispõe de um duplo poder sobre o espaço; primeiro, pela propriedade privada do solo, que se generaliza por todo espaço, com exceção dos direitos e do Estado. Em segundo lugar, pela globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio estado. (LEFEBVRE, 2021, p.57)

Então, deslumbrando do que até aqui foi discorrido sobre espaço, sendo o tempo e a historicidade ideias importantes trazidas por Milton Santos e a cotidianidade como causa da produção do espaço por Lefebvre, pode se afirmar que o espaço é o desenvolvimento de uma atividade social, a própria sociedade.

4.2 A PAISAGEM

Quando chegamos na Portelinha ou em qualquer espaço geográfico que seja, nos deparamos com a sua paisagem. Mas, teoricamente falando, qual a definição de paisagem? Qual a sua relação com o espaço que ela retrata? Segundo Milton Santos (1996), espaço e paisagens são definições muito diferentes quando diz que “paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são as formas mais a vida que as anima”. Além disso, Santos irá dizer que paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos (1978).

Partindo desta premissa, vamos colocar nosso olhar na ocupação da Portelinha. Ao se deslocar para a ocupação, via avenida Paraguassu, é preciso adentrar por uma das ruas, ainda de paralelepípedo, em direção oposta ao mar. Logo em seguida, as ruas já se transformam em vielas sem pavimentação, casas de madeira simples são vistas com mais frequência e, ao fundo, se deslumbra os campos de dunas com enormes aerogeradores, do Parque Eólico de Osório, dispersos em todo nosso campo de visão. Além disso, ao circular pelas vielas da ocupação,

ações humanas de modificação do espaço, como o entulho de lixo, configurando-se, assim, outras muitas paisagens dentro do espaço da Portelinha. Afinal:

A paisagem se dá por um conjunto de objetos reais-concretos. Neste sentido, a paisagem é transtemporal. Juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal (...) cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico(...) A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável (SANTOS, 1978, p.83).

Figura 20- Área sul da Portelinha vista dos campos de dunas



Fonte: Foto do autor. 2023

Na imagem acima, é possível ver o início dos campos de dunas, algumas casas da ocupação e, mais ao fundo, os aerogeradores do parque eólico de Osório.

Figura 21- Início das dunas e área norte da Portelinha



Fonte: Foto do autor. 2023

Figura 22- Depósito de lixo próximo às dunas



Fonte: Foto do autor. 2023

Esta última imagem é de um depósito de lixo que se formou nos campos de dunas, na área norte da Portelinha. É uma paisagem que traz muitos significados e que representa muito da pobreza e da desigualdade social que, somados aos diversos problemas de infraestrutura das casas, acesso a serviços público básico e, segundo relatos de moradores, até problemas com

famílias passando fome, fazem desta ocupação irregular um dos lugares mais carentes do litoral Norte do RS.

4.3 DESIGUALDADE SOCIAL, POBREZA E RIQUEZA

A pobreza, a fome e a falta de recursos para se levar uma vida minimamente digna só pode ser compreendida, quando bem definida a ideia de desigualdade social, formada e existente, dentro de um modelo de produção capitalista de acumulação de riqueza. Neste modelo, segundo Piketty (2014, p.315), “a principal força desestabilizadora está relacionada ao fato de que a taxa de rendimento privado do capital pode ser forte e continuamente mais elevada do que a taxa de crescimento da renda e da produção”. Ou seja, um modelo onde quem é rico fica mais rico e quem é pobre fica mais pobre, impossibilitando a mobilidade social e definindo a desigualdade. Um modelo onde quem detém o poder econômico se beneficia com a rentabilidade da riqueza acumulada frente àqueles que vivem/sobrevivem de acordo com sua força de trabalho (física ou intelectual), fazendo com que

Os patrimônios originados no passado se recapitalizam mais rápido do que a progressão da produção e dos salários. Essa desigualdade exprime uma contradição lógica fundamental. O empresário tende inevitavelmente a se transformar em rentista e a dominar cada vez mais aqueles que só possuem sua força de trabalho. Uma vez constituído, o capital se reproduz sozinho, mais rápido do que cresce a produção. O passado devora o futuro. (PIKETTY, 2014, p.692)

Sendo a desigualdade um movimento cíclico e histórico de acumulação de riqueza, tem-se, neste momento histórico, a produção da pobreza. Mas afinal, o que é pobreza? O que é ser pobre? Segundo Rocha (2003, p.10), a “pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. Não obstante, pode ser definida como o “padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social onde vive” (Idem, 2003, p.11).

Condicionando então a condição de ser pobre a falta de meios para se adequar num determinado grupo social, é coerente afirmar que na comunidade da Portelinha existe pobreza. E isto vai ao encontro do que o morador Aílton nos conta, quando afirma que “muitos tem que sair de madrugada para comprar o almoço. Um ossinho de porco para fazer num caldo. E sim, temos quadro de fome aqui na vila. No que a gente pode, a gente ajuda; principalmente remédio”.

No entanto, a pobreza na comunidade não se explica tão somente a partir da realidade local. A pobreza na comunidade é consequência de um processo mais amplo e sistêmico, que se aplica numa totalidade global. Languizamon (2007), em um artigo intitulado “A produção da pobreza massiva”, pontua que as políticas neoliberais, ferramenta eficaz do modo de produção capitalista no final do século XX, intensificou este processo de pobreza e miséria, quando afirma:

Nos anos 1990, os efeitos dos planos de ajuste e as políticas neoliberais intensificaram e diversificaram a pobreza, gerando novas formas de exclusão. A estagnação que os desenvolvimentistas haviam vaticinado não aconteceu, pelo contrário, a pobreza tendeu a aumentar relativa e absolutamente. A dependência em relação aos centros de maior desenvolvimento econômico intensificou-se, assumindo novas modalidades, sobretudo vinculadas à crescente transferência de riquezas, provocada pelos pagamentos da dívida externa e pela alienação dos recursos naturais e serviços básicos privatizados. (Languizamón, 2007, p.107)

Então, só é possível compreender a pobreza local se tivermos entendimento do contexto global da produção da pobreza, da desigualdade social e que sistema e modo de produção geram tais fenômenos. É a partir disso que Darós (2009, p.33) nos elucida que “a pobreza é uma condição que resulta de um processo estrutural que transforma trabalhadores em excluídos num processo de desumanização e que, a partir desse contexto, os pobres criam estratégias de sobrevivência”. Tanto é que, no âmbito local, podemos citar como exemplo deste tipo de estratégia a criação da Associação dos Moradores da Portelinha.

A partir daí, continuamos dizendo que a pobreza vai refletir um sentimento de exclusão e ressentimento dentro da população que dela sofre. Afinal, “historicamente, a pobreza foi e ainda é sinônimo de violência, crime e sujeira. (...) diferentemente do que se poderia pensar, os pobres não estão apáticos diante deste estereótipo” (DARÓS, 2009, p.26). Corroborando com o que Darós afirma a respeito dos sinônimos de pobreza, o morador Jackson relata que “(nós) sabemos que ninguém é perfeito e temos nossos problemas, mas eu moro aqui há dez anos e sempre ouvi por aí a falta de respeito com quem mora na Portelinha. Ou tu és drogado, tu és um traficante, bandido”.

Contudo, existe algo pior que a pobreza: a miséria. Milton Santos (2009) traz à luz o fato de que no mundo existem os pobres, mas também os miseráveis, tendo como padrão comparativo o poder de aquisição de itens básicos pelos mesmos, quando define que:

Os pobres são aqueles que tem o poder de compra mais reduzido que o considerado normal para o ambiente em que vivem. Os miseráveis estariam privados da satisfação de algumas das necessidades vitais, de maneira que a saúde e a força física tornar-se-iam precárias a ponto de fazer perigar a própria vida (SANTOS, 2009, p. 17).

Contudo, o autor irá afirmar que não se trata pura e simplesmente categorizar a pobreza por viés econômico, uma vez que a pobreza não é mensurada e nem categoricamente quantificada:

Um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome um pouco menos ou um pouco mais. A definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global à qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social. (SANTOS, 2009, p.18).

E se estamos lidando com um problema social, importante identificar todos os agentes sociais presentes nesta conjuntura. Assim, se estamos lidando com o fenômeno da desigualdade social, que é responsável pela produção da pobreza, nada mais natural e justificado por si só que exista o rico.

Para entender a pobreza, se faz necessário entender quem é o rico e o que é a riqueza, principalmente em países com altos índices de pobreza e desigualdades como o Brasil. De acordo com Medeiros (2005), estudar os estratos ricos se faz importante e necessário quando afirma que:

Do ponto de vista do combate à pobreza e à desigualdade, estudar os estratos ricos justifica-se por duas razões básicas. Primeiro, porque os estratos ricos detêm poder. Uma parte da população mais rica compõe as elites políticas e empresariais cujas ações afetam diretamente uma grande massa de pessoas, inclusive os pobres. Segundo, porque os estratos ricos detêm uma grande parte da riqueza do País (2005, p.34).

É desta forma que a riqueza e a pobreza estão fortemente ligadas uma à outra. É desta forma que o rico e o pobre interagem um com o outro para se definir um modelo político social econômico, pois “os ricos fazem parte do extremo superior da distribuição em que, na base, se encontram os pobres”. (MEDEIROS, 2005, p.16)

4.4 DIREITO À CIDADE E (FALTA DE) MORADIA

Neste trabalho, como já dito anteriormente, é muito importante entender a relação que a desigualdade social, a pobreza e a miséria têm com o objeto de pesquisa, a comunidade da Portelinha e seus habitantes com suas trajetórias e motivos para lá estarem morando. No entanto, mais do que necessário, é debater estes conceitos relacionando-os com a questão da moradia, a falta de moradia, a cidade, e o direito à cidade. É a partir desta ideia que Maricato (1998) irá dizer que:

A evolução dos acontecimentos mostrou que, ao lado do intenso crescimento econômico, o processo de urbanização com crescimento da desigualdade resultou numa inédita e gigantesca concentração espacial de pobreza. (...) A exclusão social tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental, configurando pontos de concentração de pobreza à semelhança de guetos, ou imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada (1998, p.55).

É nesta configuração espacial que a Portelinha se situa. Uma comunidade que está afastada do centro urbano de Tramandaí e que, ainda, mescla seus limites com as regiões das dunas e do Parque Eólico de Osório. Desta forma, segundo Maricato (1998, p.58):

É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas situadas em regiões desvalorizadas que a população trabalhadora pobre vai instalar-se: beira de córregos, encostas de morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou áreas de proteção ambiental.

Reforçando o que a autora diz a respeito das áreas escolhidas, para instalação do pobre em busca de moradia, um dos moradores nos elucida e confirma a existência de dunas onde hoje está a Portelinha. Segundo este morador, os “terrenos estavam em grande parte onde eram as dunas aqui pra baixo. O acesso era por cima da areia. Mas hoje a Portelinha cresceu. Cresceu como comunidade” (BIRA).

É assim que as “Áreas de proteção ambiental, desvalorizadas para o mercado imobiliário, não raramente são priorizadas para a ocupação da população pobre, seja nas favelas, seja nos loteamentos irregulares, abertos sob os olhares da condescendente fiscalização” (MARICATO, 1998, p.58).

Esta suposta ausência de fiscalização e complacência do Estado com determinadas ocupações não significa uma atitude benevolente e de boa vontade para com os pobres. Longe disso, pois para tanto seria necessário uma série de ações conjuntas a liberação da ocupação por famílias nesses espaços, o que de fato não acontece, como Maricato irá afirmar:

A tolerância pelo Estado, em relação à ocupação ilegal, pobre e predatória de áreas de proteção ambiental ou demais áreas públicas, por camadas populares, está longe de significar, o que poderia ser argumentado, uma política de respeito aos carentes de moradia ou aos direitos humanos, já que a população aí se instala, sem contar com nenhum serviço público ou obra de infraestrutura urbana. (1998, p.64)

Com isso, é absolutamente previsível e coerente afirmar que a questão das ocupações irregulares e da moradia estão relacionadas, também, às ações do mercado imobiliário privado. Esta proposição vai ao encontro da “ausência de investimentos em programas habitacionais e a

preservação dos terrenos privados para o mercado formal” (MARICATO, 1998, p.64). Ainda de acordo com a autora, “a ocupação ilegal como as favelas são largamente toleradas quando não interferem nos circuitos centrais da realização do lucro imobiliário privado” (Idem, 1998, p.65)

E se o ponto aqui é o lucro, torna-se necessário considerar que o setor imobiliário se ergueu a partir dos interesses de poucos. A moradia é um privilégio que poucos terão. Muitos erguerão suas casas com suor, mas apenas um determinado grupo privilegiado poderá investir pois, “o mercado imobiliário é um mercado para poucos, é um mercado que trabalha com um produto de luxo e a classe trabalhadora produz sua própria moradia sem arquitetos e engenheiros, sem pedir licença na prefeitura” (MARICATO, 2020).

E muitas moradias acabam sendo erguidas em espaços inadequados, em encostas perigosas, em áreas de preservação, insalubres. No caso da Portelinha, em região de dunas protegidas. Porém, esse é mais um ponto desfavorável àqueles que se encontram morando nesses espaços. Um outro grande problema a ser discorrido aqui são as distâncias. Afinal, “A pessoa não mora apenas na habitação com adaptação urbana, ela mora na cidade. Se essa habitação não está ligada ao transporte, à rede de equipamentos sociais, à educação, saúde; se você não tem água, se você não tem esgoto” (MARICATO, 2020). Isto, de fato, está relacionado diretamente ao direito à cidade.

Com isso, David Harvey nos traz o conceito de direito à cidade, um direito que, segundo o autor, é um dos direitos fundamentais ao ser humano, quando afirma que:

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização (p.74, 2008).

Quando abordamos a (falta de) moradia e do direito à cidade, na perspectiva de David Harvey, destaca-se a importância de trazer à luz a questão da superestrutura e das disputas de classes que vem de um todo e que se reproduz nas partes. Como já mencionado anteriormente, quando abordado os conceitos de pobreza e desigualdade social, estas são um problema reproduzido a partir da execução do modo de produção capitalista no mundo todo, repetido de forma adaptada nos mais variados microespaços. E aqui, quando agora falamos de moradia e direito à cidade é possível mencionar que:

No desenvolvimento mundial, a cidade está se dividindo em diferentes partes separadas, com aparente formação de muitos “microestados”. Vizinhanças riquíssimas providas com todos os tipos de serviços, como escola exclusivas, campos de golfe, quadra de tênis e patrulhamento privado da área em torno; área de medidores entrelaçados com instalação ilegal onde a água é disponível apenas em fontes públicas, sem sistema de saneamento, a eletricidade é pirateada por poucos privilegiados, as estradas se tornam lamaçal sempre que chove e onde as casas compartilhadas é a norma (HARVEY, 2008, p.82).

Em Tramandaí, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, esta realidade não é diferente. A Portelinha está a mais de 13 quilômetros do centro da cidade. Chegando na comunidade, as dificuldades no acesso são visíveis. As dunas e os aerogeradores intensificam uma paisagem peculiar e disforme, quando configuradas aos numerosos domicílios simples e amontoados em determinadas partes do bairro. A Portelinha está longe de muitos locais de serviço público básico, de espaços culturais e de lazer, como veremos a partir dos depoimentos de alguns moradores do local.

5 A PORTELINHA COMO SOBREPOSIÇÃO DESIGUAL DE TEMPOS

Neste capítulo, é apresentada a análise das entrevistas da presente pesquisa. Dividido em três subcapítulos, é possível aqui entender um pouco mais da comunidade da Portelinha, a partir da trajetória de vida de alguns moradores, bem como compreender seu contexto na perspectiva da desigualdade social e da questão da moradia.

5.1 TRAJETÓRIAS

Todo indivíduo possui uma história de vida e as pessoas e famílias que hoje moram na Portelinha carregam uma bagagem histórica. Cada sujeito tem algo para contar, situações para relatar, dificuldades na vida e, de forma generalizada, um desejo de ter a sua própria casa. Assim, “nesse percurso a história de vida se confunde com a história de aquisição da casa própria, agregando valores positivos ao espaço em que o indivíduo encontra esse abrigo”. (GAMALHO E HEINRICH, 2011, p.8)

No que tange a trajetória de vida dos sujeitos envolvidos na pesquisa, foi constatado que dos sete entrevistados, apenas um havia nascido em Tramandaí. Isto mostra, dentro deste recorte, que a grande maioria das pessoas que moram na Portelinha podem ter vindo dos mais diversificados lugares do estado e do Brasil, já que seu Ailton veio do Espírito Santo. Jackson e Rosane vieram de Porto Alegre; Vânia e Bira são de Santa Catarina, Araranguá e Brusque, respectivamente; Já Paulete é nascida no litoral norte do RS, no município de Torres. Assim, é possível considerar que a primeira hipótese desta pesquisa é relevante, no momento em que considera que as ocupações também se dão em função do aumento e vinda de novas populações para o litoral norte gaúcho.

Desta forma, começamos analisando a trajetória do seu Aílton e sua filha na comunidade da Portelinha. Seu Aílton mora numa casa de alvenaria onde, num pátio gramado e com jardins e hortas costeando o muro do terreno, compartilha o mesmo com seus filhos. Fernanda, a mais velha, foi a primeira a chegar na Portelinha. Quando chegaram no espaço, não era nada parecido com que é hoje. A transformação que realizaram é um motivo de orgulho para a família, como relatado por Seu Aílton:

Quando cheguei aqui na rua já haviam umas oito casas. O resto era tudo água. Aterrei tudo aqui. Não entrava carro. Com o dinheiro que eu ganhei do processo no banco que foi que eu consegui fazer essa casa aqui. Comprei esse terreno aqui por 4, 5 mil reais. Na época, por promissória, e agora vai ser legalizado no registro de imóveis. Mas o único imóvel que eu tinha condições de comprar na época era aqui.

Para entender melhor a aquisição do terreno por Aílton, temos que voltar um pouco na sua história, principalmente quando se trata do dinheiro conquistado pelo mesmo, para a compra do lote na Portelinha. Neste caso, questões de dificuldade financeira foram elementares para a ida dele e sua família para a casa onde hoje estão morando. Inclusive, situações que levaram alguns familiares a adoecerem e necessitarem de internação. A seguir, o relato de Aílton sobre essa situação:

Havia comprado uma casa na Rua São Francisco de Paula (bairro do Aqual) e por falta de pagamento o banco me confiscou a casa. Minha família caiu doente. Houveram internações no espírita inclusive. Mas eu processei o banco e fiquei quatro anos esperando a indenização.

Paga a indenização, Aílton se mudou para a Portelinha e fez um movimento de se afastar cada vez mais da região central da cidade, por um motivo similar a quase todos entrevistados nesta pesquisa: pobreza, dificuldade financeira e busca por seu espaço. Como diz Laíz Azevedo:

Diante das dificuldades, no curto prazo, os pobres precisam agir de forma desesperada para encontrar um espaço para morar, sendo obrigados a comprar terrenos a preços mais elevados de provedores “informais.”, ou ainda, estabelecerem suas residências precárias em lugares ilegais, inadequados ou perigosos. (2016, p.02)

No entanto, quem chegou primeiro na Portelinha não foi Aílton, mas sua filha Fernanda. E ela descreve a chegada ao espaço, afirmando que:

Foi através do meu marido. Quando nos conhecemos e nos juntamos ele já tinha um terreno aqui. Aí ele veio mostrou pra mim, mostrou para o pai. Aí ele disse “porque vocês não constroem aqui para morar?”, pois nós morávamos de aluguel, a gente estava bem apertado, não tava dando conta e ele (marido) já tinha um barraco de alvenaria no terreno. Foi quando ele disse “venham para cá”.

Nesta parte da entrevista, quando Fernanda falava da sua vinda para a Portelinha, seu Ailton interrompeu e completou: “foi quando então eu comprei aqui do lado” e complementou dizendo:

Eu vim primeiro para construir a casa dela aqui. Foi quando eu fiquei conhecendo. E tudo aqui fui eu que construí. Tenho nota fiscal de tudo que comprei. Para trazer o material para construir, tive que colocar uma tombadeira de saibro até a entrada da outra rua devido ao charco que era aqui. Não entrava caminhão. Muita água. Tive que colocar gesso junto da massa para secar na água. A água vinha no joelho. Um metro e pouco de alicerce. E tudo aqui fui eu que fiz. A minha casa e a casa da minha filha. Trabalhei com construção civil. Hoje já não mais.

Este depoimento do Aílton vem carregado de um sentimento de orgulho e não é por acaso. É visível o valor que a família dá pelo fato de suas casas terem sido erguidas por suas próprias mãos. Neste sentido, Gamalho e Heinrich contribuem quando afirmam que:

A aquisição da casa própria como luta se repete em inúmeras narrativas, corroborando a construção do espaço de representação em um processo de valorização da propriedade, do lugar e da casa. Essa trajetória não encerra ao adquirir o imóvel, o progresso vem junto com a melhoria da casa. (2011, p.10)

Como fechamento da história da família de Aílton para a sua chegada à Portelinha, Fernanda reforça que seu marido hoje também está trabalhando na construção civil e que a mesma complementa a renda trabalhando num mercado próximo ao bairro.

Assim como o seu Aílton e a Fernanda, Rosane também morou no Agual antes de se mudar para a Portelinha. Vivendo de aluguel, reproduzindo a história de muitos moradores da comunidade, Rosane decide morar na Portelinha com sua família e sua trajetória foi relatada da seguinte maneira:

Eu pagava aluguel e a dona da casa onde eu morava (Agual) queria ir embora. Já tinha vendido até a casa dela e se manteve ali até quando eu conseguisse (renda) para a prestação de um terreno onde eu tivesse uma casa para eu morar. Então eu falei para ela que havia conseguido um terreno onde eu conseguiria pagar. Ela esperou mais um pouco até que eu pagasse a última prestação e que, ao menos, construísse um cômodo para poder vir para cá (Portelinha). Quando eu consegui fechar a minha pecinha, ela foi embora para Campo Bom. Veio eu e meu marido pra cá.

Na trajetória da Rosane em busca de uma casa para morar na Portelinha, a entrevistada relata o drama de saúde por ela enfrentado: um acidente (Rosane não quis entrara em detalhes) que prejudicou a sua mobilidade, atrapalhando na busca de emprego e no aumento da renda da família. Rosane explica que:

Tinha fixadores na minha perna. Para mim me tratar, só em Capão da Canoa. Não tinha como eu me tratar em Porto Alegre. A gente veio. Eu não podia fazer muita coisa. Ficava mais em casa e meu marido é que saía para trabalhar para poder sustentar a gente. Mas desde então, não saímos mais daqui do litoral.

Logo em seguida a conversa com a Rosane, marquei de entrevistar o Ubiratan, mais conhecido como Bira. Um rapaz simpático e bem articulado que já havia passado por diversos lugares antes de chegar à Portelinha. A trajetória do Bira é contada por ele da seguinte forma:

Tive a minha infância na cidade de Brusque. Na minha adolescência fiquei em Capão da Canoa até meus 15 anos quando resolvi sair de casa. Foi então que fui a Porto Alegre, morei em Florianópolis por alguns anos e depois viajei por alguns países da América Latina. Fui para Argentina e Bolívia. Aí então, após a descoberta de uma

doença grave na minha mãe, que já morava aqui no bairro, eu vim pra cá. Era pra ser uma visita de 15 dias e acabei ficando. Já são seis anos.

Assim como Bira, Vânia se apresentou como uma pessoa bem articulada e de fácil comunicação. Vânia é uma mulher empreendedora da Portelinha. Sua casa fica na rua principal do bairro, onde se encontra a agropecuária, o mercado *Baby* e outros estabelecimentos comerciais. Junto à casa, possui sua loja de conveniência, muito conhecida pelos moradores do local. Repetindo a história de muitos, vir para Portelinha representou a possibilidade de ter a casa própria. Sendo assim, a trajetória de Vânia é relatada por ela a seguir:

Conheci a Portelinha pela minha ex-cunhada. Nós sempre vínhamos para Tramandaí a passeio. Num desses passeios minha cunhada nos apresentou a Portelinha e a possibilidade de termos o nosso terreno e a nossa casa própria. Viemos eu e meu ex-marido. E daí juntamos tudo que tínhamos para ter o nosso cantinho. Mas aqui, há 5 anos atrás era terrível, era calamidade. E daí agora não. As coisas foram se ajustando por aqui.

Por fim, foi entrevistada a moradora Ana Paula, mais conhecida como Paulete. Paulete trabalha com reciclagem (tema abordado na seção 5.3) e sua vinda para a Portelinha foi recheada de drama, mas de um sentimento de meta realizada: a casa própria. Afinal, tem-se “um percurso de luta pela casa própria, histórias, embates que contribuem para a consolidação dos laços espaciais” (GAMALHO E HEINRICH, 2011, p.9). Paulete conta como era a Portelinha quando ela chegou e como ela enxerga a casa dela hoje:

Eu morava no Agual. Aí eu troquei lá. Uma amiga minha trocou lá e viemos para cá. Aqui era só mato. Muita pouca família aqui quando eu vim. Nessa redondeza aqui eram 5 famílias. Eu casei com uma lá no Agual e nós tínhamos casa de religião. Agora somos separadas. A filha dela, que era filha de santo, queria muito a gente pra cá. Quando vim visitar aqui, achei um lugar bem sossegado. Um lugar que poderia ser tranquilo para morar. Aí ficamos (...) E essa casa não era assim como tu estás vendo. Inicialmente era só essa peça aqui (a sala) e o restante era cercado por banhado e água. Foi quando eu fui conversando com o pessoal do entulho e eles foram passando a máquina para mim. E hoje graças a deus eu comecei a trabalhar na reciclagem pegando madeirinha, juntando dinheiro. Como agora tu podes ver: tenho uma geladeira, um freezer, tudo isso com o dinheiro da reciclagem.

Ficou evidente na conversa de Paulete e, principalmente, no tom de voz e na expressão facial que ele fez neste momento de fala, que ela tem orgulho da casa que tem pelo fato de ser dela e ter sido erguida após uma série de casos e fatos acontecidos em sua vida que demandaram muita luta, dedicação e coragem. Então, é importante continuarmos “escutando” a Paulete sobre marcos importantes em sua trajetória para estar desfrutando da sua casa que tanto gosta. Ela continua assim:

Mas primeiramente antes de tudo, antes de eu vir definitivo para essa casa aqui onde eu moro, eu vivi com uma outra família. O primeiro lugar que consegui foi num banhado. Esse banhado era uma rua e a Prefeitura disse que eu teria que desocupar. Ao lado do meu terreno que perdi, tinha uma casa de um casal de idosos. Isso era 2013 e eu negocieei com eles essa casa aqui para o ano seguinte, que era quando eu conseguiria pagar tudo e deixar pronto. Enquanto isso, eu ficava na casa de traz deles cuidando das crianças netas deles, pois na época eu cuidava de crianças. Foi quando uma delas brincou com fósforo e incendiou a casa. Aí então tive que voltar para o bairro São Francisco ficar na casa de uma amiga. Foi de lá que, negociando com amigos e o casal de idosos, que eu finalmente vim para essa casa.

Figura 23: Frente da casa da Paulete



Fonte: Foto do autor. 2022

O percurso de aquisição da casa própria é marcado por relatos permeados por muita opressão, o que amarra os laços com o lugar de acolhimento, que adquire nuances de liberdade: do aluguel, do favor e da precariedade (GAMALHO E HEINRICH, 2011). As trajetórias são múltiplas, mas os objetivos e os dramas vivenciados são comuns. Contudo, sempre tem a esperança na melhoria de vida no seu dia-a-dia. A seguir, um pouco do relato e da história da ocupação do espaço que hoje é a Portelinha

5.1.1 A história da ocupação do espaço da Portelinha

Para falar sobre a história e os desdobramentos da ocupação do espaço da comunidade da Portelinha, este trabalho busca trazer o relato do presidente da associação comunitária, o Jackson. Segundo o mesmo, foi através de sua articulação junto a outros membros e às instituições do município, como a Prefeitura, judiciário, imobiliárias e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que foi possível o processo de regularização dos terrenos da comunidade. Além disso, temos também o relato do morador Bira, que nos diz o seguinte:

Antes da Portelinha ser o que ela é hoje, ela era uma empresa que faliu. Isso a mais ou menos 25 anos atrás. Assim que ela declarou falência, o dono não teve como pagar a dívida e foi embora, deixando este espaço que hoje é a comunidade, para os funcionários da (suposta) empresa morarem. Foi a partir daí então que as famílias começaram a chegar e montar seus barracos.

Então, de acordo com Bira, a ocupação da Portelinha se deu a partir do final da década de noventa. Mas afinal de contas, o que é uma ocupação? Segundo Rodrigues, citado por Rocha (2010), uma ocupação se define como tal quando famílias desprovidas de moradia procuram, juntas, se instalar em uma área, com prévia mobilização anterior e através de mutirões para a autoconstrução de moradias. Na Portelinha e, de forma geral, em Tramandaí, este processo já acontece há décadas, tendo como pioneiros os “tatuíras”, como diz Jackson:

Tem moradores que estão morando aqui hoje, mas que começaram vindo há 40 anos atrás desde o centro de Tramandaí, os chamados tatuíras. Vão trocando (de lugar). Quando começar a virem as taxas de cobrança de luz e água, com certeza uns 20% vão migrar para outro lugar. Vai trocar, vai vender. A maioria daqui é de quem adquiriu ou comprou. É onde o dinheiro deu. É onde querem morar. Não são os invasores.

Importante destacar que o Jackson difere o tatuíra invasor do morador. De acordo com ele, o invasor ocupa para lucrar e o morador ocupa para viver. E essa ocupação feita pelo morador se dá por processos. Desta forma, Jackson esclarece:

A invasão tem duas a três etapas de invasores. Aqueles que são os frente cabeça de lata que vão invadir e esperar pra ver se vai dar o tumulto. Beleza, deu duas semanas, um mês e não deu tumulto, eu começo a vender para um, para outro...beleza. ganhei meu dinheirinho e vou para outro lugar.

As ocupações e invasões no Litoral Norte do RS, especificamente em Tramandaí, não são de agora. É um processo que já vem de tempo e, como o próprio Jackson afirma, possui várias etapas. O caso da Portelinha, foi mais um espaço dentro dos limites urbanos da cidade

de Tramandaí ao qual se ocorreu uma ocupação/invasão. Essas ocupações são conceituadas por Azevedo quando ela diz que:

As ocupações urbanas se formam quando um grupo de pessoas, com interesses comuns, entram e ocupam um espaço vazio dentro do território urbano. Via de regra, este ato ocorre pacificamente e durante a noite. Vão abrindo caminho em meio ao matagal e, em princípio, armam barracos de lonas para firmar a estadia na área. Aos poucos, chegam mais pessoas e famílias e vão se instalando em casas improvisadas ou pré-fabricadas de madeira. (2016 ,p.14)

A ocupação da Portelinha trilhou este modelo definido por Azevedo. No entanto, o bioma era campos de dunas cercado por terreno com muita lama. Além disso, os primeiros invasores já estavam “ligados” no processo de invasão a partir da experiência adquirida em outros espaços. Quanto a isso, Jackson explica que:

Os primeiros compradores ainda são invasores, pois sabem como foi feito o processo e sabem como foi feita a venda. Ainda tão esperando para ver se vai acontecer alguma coisa. Mas passa dois, três anos, aí deu, agora já sou morador. Já tenho água, já tenho luz. Não é regularizado? Mas eu tenho um gato, um poço, então sou morador. Se eu já fiquei 5 anos num local eu já tenho direito dele. A justiça me dá isso.

Sendo assim, foi questionado ao Jackson, sendo ele presidente da Associação, se no processo de regularização fundiária, estavam sendo tomadas as medidas para que alguns processos pudessem ser evitados e moradores comuns pudessem ter acesso mais privilegiado aos lotes ocupados. Quanto a isso, ele respondeu:

A questão dos tatuíras nunca vai parar. Mas nós tivemos uma reunião com a juíza para tratar disso. As pessoas podem vender o terreno regular e ir atrás de outro. Mas no processo de regularização da Portelinha, nós cadastramos todas as famílias que adquiriram um lote e estipulamos que quem adquiriu, não pode participar de outro processo de regulamentação.

No final da entrevista, Jackson ainda conta um pouco da história do terreno ocupado e de quem era o dono:

O dono desse descampado que hoje nós estamos tinha uma dívida com o município. Com o passar do tempo e a quantidade de famílias que já estavam em cima, o proprietário teria que indenizar as famílias. Ele até teria o direito de tomar isso de volta, são 49 hectares de terra, herança dele. Morava no Mato Grosso. Mas o valor da indenização seria muito alto

E foi desta forma que a ocupação/invasão da Portelinha ocorreu, de acordo com o presidente da Associação Comunitária. Uma ocupação que se deu em etapas e que tem sua

origem em outros espaços da cidade. Uma ocupação que ilustra bem a disputa de espaços dentro de uma cidade desigual.

A divisão desigual dos espaços urbanos e da produção das riquezas na cidade tem como cerne a questão fundiária e a disputa pela terra. Embora a discussão sobre segregação urbana encontre contornos controvertidos na literatura especializada, o ponto consensual permanece na divisão da urbe entre proprietários e não proprietários e na conseqüente disputa pela localização da cidade e dos serviços e direitos daí decorrentes. (MILANO, 2017, p.77)

Contudo, isso mostra o valor as pessoas dão ao seu espaço de moradia, pois “é de comum senso que querem ter seu espaço, sair das condições de coabitação, tirar o peso do aluguel dos seus orçamentos e ter a chance de permanecer no local e poder lutar para cada dia para melhorarem suas casas”. (AZEVEDO, 2016)

5.2 O ALUGUEL COME NA MESA: O VALOR DA CASA PRÓPRIA

O aluguel sempre foi um problema para muitas famílias. Um problema no sentido de que com este gasto mensal, fica praticamente inviável a aquisição de uma casa própria ou até mesmo o acesso a serviços básicos, como alimentação decente, educação, saúde, etc. De acordo com a Fundação João Pinheiro, em 2019, o principal componente do déficit habitacional no Brasil foi o ônus excessivo com o aluguel urbano. Ao todo, mais de 3 milhões de domicílios, cuja renda domiciliar era inferior a três salários mínimos, utilizaram mais de 30% dela com aluguel, o que representa 51,7% do total do déficit do país.

O drama do aluguel, que atinge famílias de baixo rendimento financeiro, foi um dos principais motivos de estabelecer residência na Portelinha de quase todos os entrevistados desta pesquisa. Como relata Aílton:

A primeira vez que meu genro trouxe aqui, ele tinha uma peça bem pequena construída. Na época eles (filha e genro) pagavam 800 (aluguel) aí eu disse para o Márcio (genro) “eu no teu lugar, eu pegava a mulé e os filhos, fazia um poço aqui, fazia um trilho, pois era cheio d’água, pra entrar e sair até as coisas melhorarem e sair desse aluguel. Pois tu nunca vais construir a tua casa pagando esse aluguel. Entra com mulher e filho aí dentro que vocês vão crescer”.

Contudo, ao chegar na Portelinha, seu Aílton, assim como muitos outros, arregaçaram as mangas e começaram a erguer as suas casas. E esse gesto tem muita relevância, pois afinal, não estamos falando apenas no sonho de ter seu próprio lote, sua própria casa, mas também estamos falando de uma casa construída pelas próprias mãos. Por isso “a casa é simultaneamente poupança e abrigo e construí-la vai além de uma estratégia de economia, pois

agrega o valor simbólico de ter sido construída com as próprias mãos” (GAMALHO E HEINRICH, 2011). Neste sentido, Aílton ressalta que:

O valor da casa própria sendo construída por mim tem valor infinito. Eu construindo para o senhor, você vai me pagar e não vai me dever nenhum favor. Agora, quando eu construo a minha casa, eu estou fazendo algo para a minha família. Estou fazendo um abrigo para minha família.

Nesse mesmo sentido, a entrevistada Rosane faz questão de dizer do orgulho que tem por ter erguido a própria casa, como ela mesmo diz: “eu e meu marido que erguemos a casa. Depois que já tinha um lugar para dormir, os filhos começaram a vir. Hoje cada um tem a sua casinha na volta”.

E no caso da Rosane, o drama do aluguel se repetiu, corroborando com Gamalho e Heinrich (2011) quando disseram que adquirir um lote na periferia é a possibilidade de ascender à condição de proprietário para grande parte da população, criando fortes vínculos do sujeito com o espaço que o abriga. A própria Rosane vai dizer que “nós não tínhamos condições de se manter no aluguel pra sempre. Nós tendo um lugar onde não precisamos pagar o aluguel podemos investir em outras coisas. Em aumentar a casa”.

O mesmo caso se repete quando se entrevista o morador Bira. Realmente, construir a sua própria casa dá um valor imaterial para a mesmo imensurável. De acordo com Bira:

Hoje tem todo o valor morar na casa em que estou construindo. Quando cheguei aqui, morei de favor numa peça nos fundos da minha mãe, por um ano e meio. Já morei de favor também na casa de um amigo meu quando briguei com minha mãe. Mas também essa casa não é a primeira que tenho e onde morei. Quando conheci minha companheira fui morar junto com ela. Lá aprendi o valor que é ter a tua casa. Ter as tuas coisas.

E além de ter a as próprias coisas, a própria casa e a mesma ter sido construída pelos próprios moradores, a questão do aluguel volta a ter destaque. Desta vez, na fala de Bira, que revela que “o aluguel come na tua mesa. Conheço muitas pessoas que vem até mim perguntar se eu não conheço ninguém que esteja negociando casa na Portelinha. Conheço muitas pessoas que estão procurando lugares mais humildes para morar, para fugir do aluguel”.

Um desses lugares humildes que Bira menciona, se enquadra a Portelinha, um espaço distante do centro de Tramandaí, na periferia da cidade. Um lugar que, a princípio, possui terras mais baratas para se comprar. Neste ponto, é importante refletir sobre questão da apropriação da terra e/ou lote e sua condição de mercadoria, do lugar humilde, de quem e como se pode adquirir essa terra. Nesta condição, Batista e Faria (2018, p.2) esclarecem:

Apropriação privada das terras que ao se transformar em propriedade privada altera o conteúdo da moradia: tornando-a mercadoria. Seu acesso passa a ser mediado pelo mercado, ou seja, para ter acesso a um ‘pedaço’ da cidade é preciso pagar por ele (venda ou aluguel), o que impõe o tipo, a localização, o tamanho e a forma de sua moradia. Restando àqueles que não podem pagar, devido aos baixos salários e ao preço da terra e das unidades edificadas: as ocupações, tidas como irregulares, como as favelas, os cortiços e os loteamentos.

Contudo, Bira exalta também o orgulho de se morar na comunidade, mas não um simples orgulho, um orgulho determinado que condiciona a Portelinha como um lugar especial de se viver. Um valor agregado a sua condição de morador e cidadão. Nas palavras dele:

Hoje eu vejo isso aqui como minha casa, meu lar. Amo isso daqui. Eu morei em lugar de bom saneamento básico. Tive algumas oportunidades na vida, e oportunidades tu podes seguir elas ou não, vai depender de ti. Mas aí, depois de estar aqui, vindo de Florianópolis onde tive boa estrutura, tive que aprender muita coisa. Tive que resgatar minhas origens de família pobre. Pois muita gente tem vergonha de dizer que mora na Portelinha. Eu não tenho. Gosto desse lugar. É meu lar. Aqui tenho amigos, tenho funções, já tive comércio. Para muitos é o local onde se tem sua casa, pra mim é muito mais do que isso.

Assim como os relatos do Bira, da Rosane e do seu Aílton, para a entrevistada Vânia, a questão do aluguel e o valor de ter a sua própria casa, pautaram a conversa empreendida quando falou-se sobre moradia. Quando questionada sobre como era morar de aluguel e o motivo da vinda para a Portelinha, Vânia relata que:

Come na mesa o aluguel. E como era no passado, quando só meu marido trabalhava por um salário mínimo, ficava bem difícil. Mas no momento que conseguimos esse lugar aqui, nós conseguimos nos arrumar. Conseguimos melhorar nas contas. Se equilibrar com o trabalho (...) nós compramos aqui um terreno, mas já com casa em cima. Mas uma casa bem precária. Não tinha o piso, o forro era todo picoteado. Aos poucos fomos investindo na casa e aumentando ela.

Vânia explica que viver de aluguel e não possuir perspectiva de crescimento numa profissão, dificulta muita a vida, principalmente se tratando da classe trabalhadora, como ela mesmo diz:

Pra quem não tem uma profissão com possibilidade de crescimento. Quem tem trabalho com patrão e fica dependendo de salário fixo e igual por muito tempo, não é fácil se manter, principalmente quando tu tens aluguel para pagar. Mas agora, quando tu tens teu canto, com certeza as coisas melhoram, tu consegues se levantar aos poucos.

No caso da Vânia, ela ainda teve uma questão particular de saúde que prejudicou sua vida profissional, mas possibilitou sua aposentadoria antecipada, o que ajudou bastante na aquisição de sua casa, ao qual dá muito valor:

Eu me aposentei em função de um acidente que tive e meu marido conseguiu emprego como açougueiro no *Baby*. Nossas duas rendas possibilitaram de melhorarmos a casa. Mesmo assim não foi fácil. Parcelamos o imóvel e ainda demos nosso carro como entrada. Mas todo centavo investido na casa própria vale a pena.

Fugir do aluguel e ter a sua própria casa foram os principais motivos para que muitas pessoas viessem morar na Portelinha. No entanto, essas mesmas pessoas encontraram mais um desafio a ser superado: as distâncias e o direito à cidade.

5.2.1 Direito à cidade e as distâncias

A questão da distância e o direito a cidade, já mencionado neste trabalho pelas palavras de Lefebvre (2020), foi abordada de forma unânime por todos os entrevistados. Por exemplo, quando conversamos sobre isso com o Jackson e ao mesmo ser questionado quais os pontos negativos de se morar na Portelinha, ele não hesitou em nenhum momento ao responder, quando falou então que a grande dificuldade era a “distância do centro da cidade, a luz e pavimentação pública”. Em seguida, ele faz uma pausa e, num tom de desabafo complementa: “Descaso com a comunidade e o bairro”.

Desta forma, o direito à moradia se tornou algo muito falado, comentado e estudado por muitos moradores da Portelinha e neste caso, não seria surpresa se Jackson, na condição de presidente da Associação dos Moradores da Portelinha, não comentasse sobre o tema em questão. Afinal, o bairro está em processo de regulamentação fundiária e o diálogo com os atores responsáveis pelo mesmo é frequente. Neste sentido, Jackson fala que a Portelinha está “em processo de regularizar o bairro e colocar luz. Mas na verdade já temos luz, pois está na lei que temos direito à moradia e se estamos morando aqui, temos o direito de ter a luz. A luz é feita através do “gato”, mas é um direito que temos”.

E vale a pena lutar pela luz, pela água e pela sua casa, após muitas trajetórias de dificuldades e busca de estabilidade. Afinal, “O direito à moradia é reduzido ao direito de consumo. Contudo, o sonho da casa própria não é apenas uma meta de consumo, mas, para a população dita ‘periferizada’ é a estabilidade em um percurso de degradação entre aluguéis, favores e despejos” (GAMALHO E HEIDREICH, 2011, p.1).

Continuando a entrevista, Jackson colocava força, vontade e determinação em seu discurso, dizendo o seguinte:

Eu tenho um processo (regularização) de pedido desde o primeiro momento em que eu entrei aqui, então eles não podem vir cortar minha luz se eu pedi ela desde o

primeiro dia meu aqui no bairro. Estou querendo exercer o meu direito de pagar e ter. Mas com a REURB⁴ a CEEE⁵ vai resolver esse problema pra nós.

A questão da moradia está relacionada diretamente a questão de direitos e deveres. Não tão somente a questão da moradia em si, mas os serviços que ela demanda, o espaço que ela ocupa. Com diz Milano:

A dimensão espacial é elemento fundamental de acesso a direitos. Ou, em outras palavras, os processos de conformação socioespacial das cidades e a localização dos sujeitos no espaço determinam não apenas a fruição de certos direitos, a exemplo do direito à moradia ou à infraestrutura urbana, mas também variáveis que influem diretamente na transposição da pessoa à condição de sujeito de direitos. (2017, p.27)

Assim, quando se entrou na parte da regularização da Portelinha, o assunto que envolve a valorização do espaço também se apresentou. Até porque, trata-se do direito à moradia, de trajetórias de dificuldades, problemas de distâncias, além do visível e vasto espaço vazio encontrado no deslocamento do centro de Tramandaí até o bairro da zona sul. Isso, conseqüentemente, leva-se ao questionamento da influência da especulação imobiliária junto às classes dominantes. Quanto a esta questão, Chagas diz que:

Operando a demanda da classe comerciante e empresarial está o setor imobiliário, agente atuante na formação de centralidades e na valorização e revalorização de áreas-localidades-, uma vez que agregam valor ao produto terra por forças das transformações que incorporam a ela (2007, p.51).

Dialogando com Chagas, Jackson finaliza sua fala dizendo:

Eu quero meu imóvel valorizado e acredito que todas as pessoas aqui querem. Queremos dignidade na nossa moradia, não quero sair de casa e ficar com o pé molhado. Cansei de ter que levar de frete as crianças até a faixa em dia de chuva para não enxarcarem os pés. Muitas crianças tem que tirar os tênis e ir de pés descalços até a faixa para pegar o escolar.

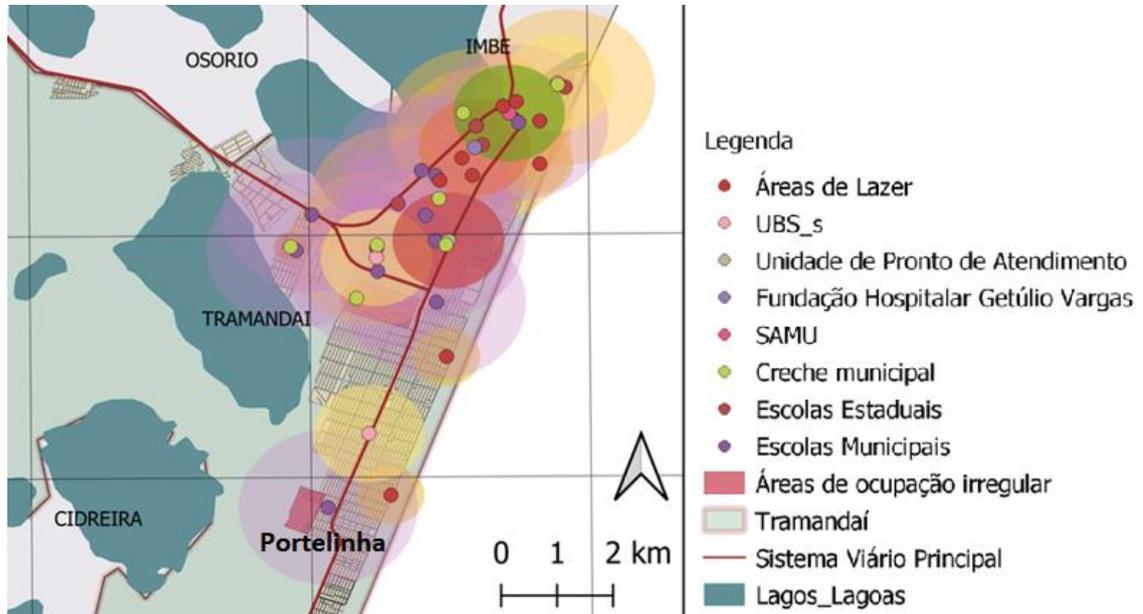
Rosane também traz algo muito parecido com o que o Jackson diz a respeito das distâncias. Segundo ela, “sempre foi um problema o deslocamento, sempre tive que precisar de caronas para me deslocar. Até que vi que poderia usar uma bicicleta”. Contudo, logo após essa fala, fez uma ressalva já abrindo um sorriso contrapondo o semblante angustiado apresentado, dizendo que hoje vai a tudo que é lugar de bicicleta e que se tiver que ir até o Imbé, ela vai.

Logo abaixo, o mapa geral com os equipamentos urbanos e seus respectivos raios de abrangência, ilustrando e confirmando os relatos dos entrevistados.

⁴ Regularização Fundiária Urbana.

⁵ Empresa de distribuição de energia vendida para iniciativa privada.

Figura 24: Mapa das sobreposições de distâncias



Fonte: Nicotti et al. 2022

No entanto, o semblante sério retoma o rosto de Rosane quando o entrevistador reforça a pergunta a respeito dos pontos negativos de se morar na Portelinha, direcionando para a questão do acesso, principalmente em tempos chuvosos. Quanto a isso, ela diz que “em dias de chuva é difícil as pessoas descerem pra cá, é muita lama e muita sujeira. Quando uma amiga minha vem trazer cesta básica pra nós em dia de chuva, ela sempre liga pedindo para nós irmos até a faixa pegar. Ela não vem até aqui em casa em dia de chuva”. Os moradores detêm a casa própria, mas seguem tendo os desafios de distância e quando o tempo está “ruim” as coisas ficam um pouco complicadas. Como diz um trecho da música Manguetown, do Chico Siqueira e Nação Zumbi:

'To enfiado na lama
 É um bairro sujo
 Onde os urubus têm casas
 E eu não tenho asas
 Mas estou aqui em minha casa
 Onde os urubus têm asas

Vou pintando, segurando a parede
No mangue do meu quintal Manguetown

Figura 25: Depósito de lixo em uma das quadras ao sul da Portelinha



Fonte: Foto do autor. 2023

Não perdendo o fio da meada, quanto ao que diz essa música referência do rock nacional, mais precisamente de um movimento de rock, chamado Manguebit, no estado de Pernambuco, destaca-se o que Bira disse sobre isso:

Já atolou muito carro aqui. Atolou caminhão. A seis anos atrás o acesso aqui era horrível. Hoje já tem algumas ruas. O acesso público é uma dificuldade. Um dos exemplos é o ônibus de hora em hora. Quem necessita de um ônibus encontra essa dificuldade. O posto de saúde é em nova Tramandaí. A farmácia mais perto é em Oásis, mas nunca está aberta.

E realmente as ruas são de difícil acesso. “As condições estruturais das ocupações, principalmente das ruas, são de extrema precariedade, os terrenos são irregulares, favorecendo o acúmulo de água, deformação do solo em dias pluviosos e dificultando o acesso dos

moradores às suas casas” (AZEVEDO, 2016). Indo ao encontro desta afirmação, Vânia afirma que:

O que vejo muito de ruim aqui e que as pessoas reclamam muito é a condição das ruas. Por exemplo, no inverno, nem tanto para os adultos, que já sofrem o fato de que tem que ir até a faixa abaixo de chuva, poças e lodo; pois nem os Uber entram aqui. As crianças, para ir para a escola, passam por aqui de pé descalço com as calças arregaçadas. Ônibus não entra aqui. Completamente esquecido nesta parte. É muito triste ver as crianças nessas condições.

Ouvindo estes relatos, o sentimento que se tem é de tristeza. Depois, vai se transformando em angústia, para logo ser substituído pela indignação. Ficou bem claro a importância que estas pessoas dão para seu espaço, sua casa e sua trajetória. Afinal, quase tudo é conquistado com muito trabalho e, na maioria das vezes, sofrimento e transtornos.

5.3 O HOJE E O AMANHÃ: AS ANGÚSTIAS E A ESPERANÇA

Este é um capítulo que fala de momentos e perspectivas. Intercalando experiências que variam sentimentos negativos e positivos, de angústia e esperança. A seguir, é possível deslumbrar de depoimentos sensíveis, mas também de indignação e de proposição. Tudo isso montando um diálogo entre o autor deste trabalho, os entrevistados e pesquisadores de referência.

5.3.1 A pobreza e a vulnerabilidade social

Quando foi perguntado para os entrevistados quais eram as maiores dificuldades de se morar na Portelinha, desfocando um pouco da questão da moradia e seu contexto perante à cidade, todos foram pontuais ao citar a pobreza, a vulnerabilidade social, o descaso do poder público e o preconceito. O relato do morador Jackson sobre um furto e sua associação ao pessoal da Portelinha evidencia uma das situações:

Eu tive uma briga com o secretário de turismo de Tramandaí, pois teve uma reportagem de um roubo de um carro no centro da cidade e que disseram que só podia ter sido o pessoal da Portelinha, por terem encontrado o carro aqui perto. Aí eu falei “fica complicado assim seu secretário! Assim ó, por exemplo, o senhor mora em cima da agência do BB (Banco do Brasil) no centro, aí roubam o banco, o senhor será o principal suspeito? Pois o banco tá no Centro!” Eu brigo por tudo e todos aqui de dentro. São santos? Claro que não, mas não venha apontar só porque o bairro é pobre e afastado tem drogas? Tem. Tem família passando fome aqui dentro? Tem. Mas isso eles não vêm ajudar.

Desde as primeiras conversas com Jackson, ele sempre demonstrou bastante energia em suas falas sobre o valor das pessoas da Portelinha e sempre ‘cutucou’ o poder público a respeito de melhorias para o bairro e dignidade para as pessoas. Afinal, as pessoas em situação de pobreza refletem sobre as discriminações e preconceitos de que são vítima e lutam para transformar as imagens pejorativas a seu respeito (como vadios, maloqueiros, vagabundos, criminosos, desempregados, rebeldes, vândalos) em outro tipo de reconhecimento (DARÓS, 2009). Em um outro relato, Jackson enfatiza:

Me ligam direto aqui dentro para poder ajudar. Já paguei muito funeral aqui dentro, por exemplo. Pergunta se vem ajudar. Teve uma senhorinha que morava sozinha e que morreu lá dentro e teve... que eu tive que tirar ela lá de dentro. A SAMU não levou. Tava já a 5 horas morta dentro de casa e ninguém pra ajudar. Isso eles lá de fora não veem. Eles não vêm aqui dentro vê essas situações.

Por fim, foi abordado com Jackson a respeito da pobreza no bairro da Portelinha. Em sua resposta, mais uma vez é possível perceber seu sentimento de empatia, mas também misturado com paternalismo, no sentido de que o mesmo se percebe como um sujeito empenhado e engajado em solucionar problemas e solicitar melhorias para a comunidade. Além disso, Jackson também se apresenta como um sujeito que entende da pobreza por tê-la vivenciado, mas que com sua experiência e atitude, possui uma certa qualidade de vida na Portelinha. Sobre esse tema da pobreza no bairro, o entrevistado esclarece que:

Tem bastante. Esse último ano foi complicado. Por vários motivos e até por escolha. Hoje as coisas estão muito caro. Eu vejo por mim. Eu sou uma pessoa que trabalha, tenho funcionários, e eu não conseguiria viver com o que eu pago para quem trabalha pra mim. Com um salário não dá pra se manter se tem mulher e filho em casa. Aqui tem muita família com criança pequena e sempre passam por mim e falam ‘Jackson, já conseguiu a creche?’. Eu to sempre incomodando o prefeito por causa disso, pois é reclamação atrás de reclamação que não estão dando conta de ter os filhos pequenos e ter que ir trabalhar.

A questão das famílias com crianças pequenas e a necessidade de se ter uma creche na comunidade, são assuntos que com frequência são comentados. Quando questionados sobre famílias com crianças pequenas, Fernanda responde que “são muitas! cada casa aqui com 4 ou 5 filhos pequenos, fora os grandes. Por isso, creche e o posto de saúde são o que realmente faltam aqui. Para as mães poderem deixar seus filhos e poderem ir trabalhar”. Em seguida, ela completa com uma história em que conseguiu ajudar uma dessas famílias. Segundo ela:

Eu ajudei também com remédio pois não tinham. Se tem que levar no postinho tem que ser de hora marcada, aí então tem que levar na UPA. Aí também entra o dinheiro do transporte. As vezes a criança da fervendo em febre e não tem um paracetamol para dar para ela.

Ao conversar com a Rosane sobre este tema da creche, uma mulher que mora com filhos e netos pequenos em sua moradia e muito estigmatizada na sociedade por ser uma mãe e avó muito jovem, deu uma “alfinetada” na associação dos moradores, respondendo que:

Creche aqui não tem e não sei se tem reunião ou pedido em conjunto para se conseguir essas coisas. Eu ao menos nunca fui chamada para isso. A associação penso que está mais voltada para que aconteça a regularização da Portelinha e não vejo algum grupo parecido que se movimenta para ver essas questões da creche, por exemplo.

De certa forma, Rosane tem razão: segundo Jackson, presidente da associação, a preocupação inicial da mesma é realmente a regularização da Portelinha, por razões evidentes e relatadas pelo próprio. Não foi observada nenhuma movimentação organizada visando à solução da demanda por creche, por exemplo. Contudo, Rosane planta a semente de um aprofundamento organizacional da comunidade, afinal “neste caminho de luta por reconhecimento, por vezes, os pobres se organizam coletivamente para reagir a estigmas e dificuldades. Alguns exemplos de organização coletiva são as associações de moradores, escolas de samba, cooperativas, entre outras” (DARÓS, 2009).

No diálogo com Bira, foi inevitável não associar seu modo de falar e agir com o do Jackson. Como já falado anteriormente, Bira tem uma boa articulação com as pessoas, um sentimento paternalista para com a comunidade e um desejo de sempre vê-la melhor, inclusive denunciando o que considera ser injusto, como relatado abaixo:

Falando politicamente, não podemos deixar de lembrar que sempre houve descaso com a Portelinha. Hoje tenho muitos amigos e conhecidos dentro da prefeitura, mas já sofri muito preconceito por ser daqui. Já precisei de algumas coisas e quando falei que era da Portelinha o tratamento mudou.

Quando Bira foi questionado sobre a existência de pobreza no bairro e de famílias que estivessem passando dificuldade e até fome, ele explica:

Eu já passei poucas e boas aqui. Não passei fome por ter amigos e meus falecidos pais. Mas a verdade é que da pra viver aqui, ainda, com 5 pila por dia. Aqui o cacetinho ainda dá pra compra a 10 centavos. Mas, se vem conta de luz e água, para alguns isso vai pesar e vai forçar uma mudança. Aqui tem famílias que não tem condições. Mas, em relação a fome, vejo poucas em situação de fome.

O entrevistado Bira, quando fala da questão da vinda da conta da luz e da água, é evidente que ele está falando da eminente regularização do bairro. No entanto, ele também faz uma alusão àqueles que estão em situação de pobreza e que não terão dinheiro para pagar estas contas, vindo a invadir outros espaços e constituir novas comunidades, tal como aconteceu com

a regularização do bairro Agual, que trouxe várias famílias para a Portelinha. Quando perguntado se muitas pessoas iriam abandonar a Portelinha após a regularização, Bira afirma:

Acredito que sim. Bastante famílias vão ter que fazer isso. Tem muita família aqui dentro sem condições de pagar a água e a luz. Muita vem por causa de refúgios, umas ficam e outras se vão. E com a regulamentação, outras famílias vão ter que sair, ou vão continuar fazendo o gato na luz.

Na conversa com Vânia, ao tocar neste mesmo assunto sobre a possibilidade de famílias abandonarem a Portelinha, após a regularização e, conseqüentemente, a obrigatoriedade de pagar conta de luz e água, ela comenta:

Vai ter gente que não conseguir pagar? Vai. Mas a luz é muito importante. É importante para aquelas mulheres que se levantam madrugada para trabalhar, levar o filho no posto e ser dona de casa. Pois sem luz tu perde eletrodoméstico. Já perdi geladeira, máquina de lavar...o chuveiro. Destrói com tudo. Tem gente aqui que dá banho nas crianças com água aquecida no fogão a lenha. Pois com luz gato o chuveiro não esquentava e queima toda hora. A maioria das pessoas aqui já perdeu uma máquina de lavar roupa, mas eles também ficam apavorados em pensar como vão pagar a conta de luz e já se articulam para ver novas invasões para poder ir.

Entretanto, o que mais chamou a atenção na entrevista com Vânia foram as questões intrínsecas à pobreza pontuadas por ela. Questões que vão além da simples constatação da pobreza, da falta de alimento e do desemprego, por exemplo. Vânia trouxe temas como a empatia, a dependência química, o alcoolismo que assola muitos moradores da comunidade, como relatado na sequência:

Tem muita gente que não consegue se ajudar e nem ajudar o outro. Aqui dentro, e não só aqui dentro, mas em toda Tramandaí, rola muita droga. Vejo muita dependência química. Então trocam mantimentos, não crescem, se afundam. E vejo que falta estrutura para ajudar essas pessoas, pois vejo que muitas não querem isso, querem sair dessa vida de vício e não conseguem. Muito já olham pra mim pedindo socorro, pois não conseguem sair daquilo ali sozinhos. E eu não vejo projetos aqui dentro da vila, como vejo em muitos outros lugares, que procure ajudar essa gente. E nem são muitos os jovens, são os mais velhos. Tu vê que eles nem estão passando fome e se afundam. Pegam todos os mantimentos e vendem tudo. E é triste, pois muitas delas são pessoas incríveis. E te afirmo que são muitos os casos aqui.

E de fato, como diz Renato Russo em sua canção *L'age D'or*, “não existe beleza na miséria”. Mas aqui, melhor trazer um trecho da canção *Sujo*, do Rappa, que ilustra muito bem a pobreza e a cidade no contexto da sociedade atual. Diz ela assim:

Mas a cidade é muito grande

A cidade é gigante

A cidade é covarde

com os que mais precisam dela
 Os raios então são mais de dois
 São muitos e sucessivos
 E é por isso que ele está aí
 Sujo, frio e bêbado
 Sujo, mas não tão sujo quanto a sociedade
 Frio, mas não tão frio quanto a impiedade
 Bêbado, mas não tão ébrio quanto a passividade
 Sujo, frio e bêbado

Uma outra pauta que trazida por Vânia, e de certa forma muito pertinente, foi a possibilidade de usar a pesca como meio de sobrevivência de alguns grupos de pessoas da Portelinha, pois como ela mesmo disse: “tem mãe que vem aqui (na loja de conveniência) que compra um salgadinho de 1,50 para dar de almoço para o filho”. E isso de fato é muito triste, pois Vânia comentou anteriormente sobre a questão da dependência química e agora traz o relato da péssima alimentação que algumas pessoas tem que passar por falta de recurso.

Sobre a questão da pesca como uma possibilidade de aumentar a renda das famílias da Portelinha, ela esclarece: “em muitos lugares mais pra cima (Santa Catarina) onde morei, o pessoal vivia da pesca, dá para sobreviver da pesca ainda. Nesta nossa área aqui a extensão da praia, em grande parte do ano, é para veranista. Aí não tem alternativa mesmo”!

Tão logo a entrevistada terminou de falar sobre a possibilidade de se utilizar a pesca como um meio de trabalho e fonte de renda, foi lançada a seguinte questão pra ela: *Se tivesse um setor/incentivo à pesca aqui na Portelinha?* E Vânia respondeu:

Seria incrível. Muita gente iria se beneficiar aqui. Eu sei, pois, minha família é de pescadores. Minha vida toda foi vivendo disso. Mas o que se vê é o pessoal arrastando uma carroça tendo que depender da reciclagem. Tu vê famílias inteiras fazendo isso. Tu vê as crianças indo para um lado e os pais para o outro para catarem tudo que podem. Eu não tenho nem como julgar e pedir para deixar as crianças em casa.

Indo ao encontro do que a Vânia falou, Paulete comentou sobre as dificuldades e a situação de pobreza e fome na Portelinha. Ela, que trabalha com reciclagem, falou:

Existe. Uma minoria passa sim dificuldade pois o custo de vida está caro. Kg do pet (garrafa PET) tá R\$1,80. O máximo que tu tiras vai se 20 pila. A latinha está R\$5 o kg. Imagina agora que eu saí e vendi todo meu material e deu 60 pila. Tu não consegues ir com 60 pila no mercado e sustentar uma família. Esse 60 pila é para quem é sozinho ou é de casal, mas para quem tem criança tu não consegues se manter. Aí como eu te falei: muitos aqui trabalham com a reciclagem. São carroceiro. É isso

aí. Nosso nível de vida está muito alto e isso traz muita dificuldade. E é por isso que de um lado eu agradeço o auxílio de 600 pila. Ajuda.

No entanto, logo em seguida que falou a última frase, ela deu um suspiro, silenciou por alguns segundos e continuou: “Mas também nem tanto, pois vem os 600 e já tem que pagar 52 pila morto o poste durante um ano⁶, mais a luz- coloca uns 120 aí- aí só o auxílio também não dá. Por isso tem que ir atrás, pois também era um sonho meu ter a luz”.

5.3.2 O trabalho com a reciclagem

Como visto na seção anterior, acompanhamos alguns relatos sobre as dificuldades para se viver na Portelinha, com destaque para as de cunho financeiro. Assim, uma das fontes de renda de muitos moradores dentro da Portelinha, para colocar comida na mesa e pagar as contas, é a reciclagem. Neste ponto, a moradora Vânia, que é dona da loja de conveniência mais frequentada da Portelinha, e que tem contato com muitas pessoas da reciclagem, esclareceu que:

A reciclagem é que predomina aqui. É sair todos os dias para tentar dinheiro para comer e pagar as despesas mínimas. Eu falo isso pois conheço muita gente aqui por trabalhar na loja e é isso que eu vejo: a maioria das pessoas dependendo do trabalho diário para comer naquele dia. É um dia de cada vez. Vamos supor que tranca tudo e não tem reciclagem, como no caso da pandemia que os veranistas não vieram e muita gente fechou loja e mercado, tranca tudo. Simplesmente horrível. As pessoas não sabiam mais o que fazer.

Importante o relato da Vânia, pois ela resume, além da atividade da reciclagem em si, o drama a mais que essas pessoas passaram durante o tempo das restrições das quarentenas impostas durante meses de pandemia de Covid-19, que matou milhares de pessoas diariamente.⁷ Nesse sentido, é notório que Vânia tem propriedade para falar sobre o tema, pois realmente o fluxo de pessoas na loja é grande, servindo como referência e ponto de encontro outras entrevistadas, como a de Paulete, trabalhadora na área da reciclagem que relatou bastante sobre esta atividade na sua entrevista. Desta forma, quando perguntada sobre como era a atividade da reciclagem pra ela, Paulete respondeu:

Sinceramente? Inicialmente aqui bem complicado. Como eu disse: quando eu vim aqui tinha muita pouca gente na zona onde eu moro. Na reciclagem apenas duas pessoas estavam trabalhando com isso. Comecei a deixar currículo em tudo que é lugar. Mas meus dentes estavam todos quebrados, eu tenho problema de audição, aí ficou bem ruim de conseguir trabalho. Foi quando eu montei um carrinho, coloquei

⁶ Taxa cobrada referente aos postes de luz instalados no processo de regularização fundiária.

⁷ O governo do RS impôs regras que limitaram a circulação de pessoas durante a pandemia de COVID-19.

umas rodas, fui ali no Wand (vizinho) e ele me deu uma geladeira velha. Comecei a reciclar. E gostei disso. E por que eu gostei e gosto? Eu faço muito mercado. Eu ganho bastante coisa e nessas coisas eu ajudo bastante o pessoal da vila. No pão, muitas coisas. Outra coisa: no dia que eu não to bem de saúde, eu não preciso sair para trabalhar. E se eu trabalhar numa firma eu sou obrigado a cumprir o horário. Tem dias que a gente ganha pouco. Eu faço mais ou menos 100 pila no mês, mas agora a coisa está pior. Um grupo grande agora trabalha na reciclagem e é cada um por si e deus por todos.

Neste depoimento, é possível analisar muitos pontos distintos. Tem-se a necessidade de trabalhar, por óbvio. Tem-se a empatia pelos outros moradores do bairro, quando ela fala que esta atividade lhe proporciona ajudar outros vizinhos. Ela reflete, ainda, sobre a possibilidade de escolher os dias em que quer e pode trabalhar. No entanto, chama a atenção quando ela afirma que, na Portelinha, os catadores trabalham cada um por si. Sendo assim, foi feita uma sequência de questões para ela, as quais estão transcritas logo abaixo:

Entrevistador: Vocês, trabalhadores da reciclagem, nunca pensaram em se organizar?

Paulete: Já. Até anos atrás um cara propôs fazer uma cooperativa. Mas eu não aceitei. Na minha opinião não dá certo. A partir do momento que tu montas uma cooperativa, sempre vai ter um que vai querer ter mais do que o outro. Então é melhor assim.

Entrevistador: Consegue-se viver com a reciclagem?

Paulete: Na verdade, eu não consigo pagar as minhas contas somente com a reciclagem. Ela me ajuda bastante. Mas o que fecha a conta é o auxílio Brasil. A ajuda que o governo me dá ajuda bastante.

Entrevistador: E se o auxílio deixar de ser pago, você conseguiria se manter somente com a reciclagem hoje em dia?

Paulete: Sim, teria. Mas teria que ter uma mudança radical. Como eu disse: eu só faço mercado e duas a três vezes por semana a rua. Se acabar, eu vou ter que fazer mercado, descarregar o meu carrinho, tomar um gole de café e voltar para rua duas vezes ao dia para me manter. Aquele ditado: a gente consegue querendo.

Algumas considerações a respeito das colocações da Paulete se fazem necessárias. É claro e evidente que o auxílio financeiro dado pelo governo melhorou, de forma significativa, a vida dela. Além de pagar as contas e levar mais comida para a mesa, Paulete não precisou ir diariamente trabalhar na reciclagem. Afinal, trabalhar na reciclagem requer saúde diária, determinação e boa vontade. Consoante, ela é autônoma. Se vier acontecer algum problema de saúde com a recicladora, não tem lei trabalhista que a ampare, muito menos alguém que lhe de garantia de outra atividade, que não dependa do esforço físico para poder executá-lo.

5.3.3 A loja de conveniência da Vânia

Uma outra atividade que movimentava muito a Portelinha é o comércio. Para falar sobre isso, foi escolhida a moradora Vânia e sua condição de ser dona de uma loja de conveniência. Uma loja bem movimentada e conhecida, sendo citada, por exemplo, por todos entrevistados desta pesquisa. Sendo assim, foi feita a seguinte pergunta para ela: *Qual é a história/trajetória da tua loja de conveniência?*

Uma das perícias que eu fiz para manter meu benefício constatou que eu podia retornar ao trabalho. Mas a verdade é que eu não tinha condições. Foi então que entrei na justiça e fiquei três anos até voltar a receber o benefício. Até então, eu não tinha renda e nem como ir trabalhar em função da minha limitação física em função do acidente que tive. Eu não conseguia ficar em pé, até hoje não consigo dobrar minha perna e tenho que frequentemente fazer cirurgias. Foi quando pensei em colocar um comércio para mim aqui dentro de casa. Pois quando eu cansar e não me sentir bem, eu fecho a minha porta e vou descansar e quando estou apta a trabalhar vou lá e abro a loja (VÂNIA).

Nesta parte, a entrevistada fez uma pausa devido a dor no joelho, mas prosseguiu em seguida:

Comecei colocando a loja na sala da minha casa. Fiquei num dilema se comprava os móveis primeiro ou instalava a loja. Mas vi que era preciso montar o negócio o quanto antes para crescer e comprar o restante da casa depois. E aqui eu trabalho com tudo. É uma loja de conveniência. Vendo roupas, carregadores cabos, eletrônicos. Quando minha mãe veio comecei colocar alimentos também. Na verdade, comecei a ter de tudo. Se um cliente chega aqui e pergunta se tem tal coisa e eu não tenho, eu já providencio esta mercadoria já para a semana que vem.

Quando ouvimos Vânia falar sobre como começou a construir a sua loja e as dificuldades que ela enfrentou, é possível fazer algumas relações com a trajetória ocupacional da Paulete, com a reciclagem. Ambas, em consequência das condições de saúde, tiveram dificuldades em trabalhar em outros lugares ou até mesmo de conseguir um emprego. Sendo a autonomia a característica destas ocupações, se por um lado perdem em função dos direitos que poderia vir a ter caso tivessem um trabalho regularizado, ameniza-se este mal quando podem, eventualmente, descansar quando a dor é intensa.

Por fim, questionou-se para Vânia como ficou o movimento da loja nos tempos de pandemia, já que muitas lojas tiveram que fechar suas portas em função da quarentena imposta pelo Estado. Vânia terminou assim:

A pandemia me atingiu muito. No início dela inclusive eu deixei uns três meses a loja fechada, até pelo fato de minha mãe ter uma certa idade e ser do grupo de risco. Eu optei num primeiro momento para cuidarmos da nossa saúde e ganhar menos para, aos poucos, ir abrindo de novo a loja. Mas foi bem complicado. Muitas mercadorias dentro da loja estragaram. Tive um bom prejuízo. Os clientes vindos aqui desesperados, sem condições, pedindo tudo fiado. Uns dois meses eu me quebrei, pois também queria ajudar algumas pessoas que eu via que estavam passando muita dificuldade. Muitos clientes que pagavam certinho deixaram de pagar. As empresas botando muitos pra rua. O pessoal da reciclagem não conseguindo nada na rua. Eu me quebrei e imaginava que meus clientes também iriam passar necessidade.

Se a pandemia intensificou um problema crônico de pobreza que a Portelinha enfrentou desde sempre, um processo de regularização, oficializada neste período delicado para todos nós, trouxe esperança para muitas famílias. A seguir, apresenta-se um pouco desta esperança, relatada pelos entrevistados deste trabalho.

5.4 A ESPERANÇA COM A REGULAMENTAÇÃO FUNDIÁRIA DA PORTELINHA

Está em curso a regularização fundiária na Portelinha, uma ação que traz esperança de melhores condições de vida para grande maioria do local. No entanto, é interessante verificar como a postura dos agentes municipais foi modificada com o passar do tempo. Em 2016, uma reportagem publicada no Jornal Rota do Mar (2016) enfatizou uma postura de repressão dos órgãos públicos frente ao assentamento irregular no local:

Na tarde de quarta-feira dia 02 [Março de 2016], a Brigada Militar de Tramandaí, em apoio à Secretaria Municipal de Obras, da Secretaria Municipal de Segurança, Direitos Humanos e Transporte e CEEE realizou, juntamente com a Polícia Civil, uma operação conjunta visando reprimir a ocupação e posse irregular de áreas urbanas, na localidade conhecida como "Portelinha". [...] foram constatadas diversas áreas ocupadas de forma irregular, desde cercamentos até mesmo construções de casas irregulares. A CEEE também efetuou a interrupção do fornecimento de energia elétrica em ligações clandestinas, o que além de onerar o cidadão de bem, cumpridor de suas obrigações, traz ainda sérios riscos à integridade física dos moradores do local. (JORNAL ROTA DO MAR, 2016)

Já em 2021, os mesmos órgãos municipais compuseram uma força tarefa para regularização fundiária na localidade:

[...] o projeto Regularização Fundiária Urbana Portelinha, uma comunidade vulnerável de Tramandaí, situada junto ao bairro Jardim Atlântico. A ação envolve, além da universidade, a FAURGS, a Associação Pró-Portelinha e a prefeitura do município do Litoral Norte e visa regularizar os lotes da comunidade de Portelinha,

fornecendo certificados de propriedade aos moradores. O convênio deve beneficiar 3 mil moradores (cerca de mil famílias). (UFRGS, 2021).

Em relação a regularização fundiária, protagonizada por famílias de baixa renda e grupos sociais vulneráveis, que demandam proteção estatal para garantia do direito humano à moradia e à cidade (MILANO, 2017), começou-se a conversa com o morador Jackson. Afinal, o entrevistado é o presidente da Associação do Moradores da Portelinha, criada justamente para dar andamento ao processo de regularização. Ao ser abordado sobre o tema, relata:

Eu sou suspeito para falar da regularização, pois isso iniciou das minhas mãos. Iniciou de um processo meu contra o dono de todo o terreno aqui. A juíza abraçou o projeto. Numa das audiências uma estudante da UFRGS se manifestou interessada em fazer a topografia do espaço, onde é a Portelinha, e as coisas só foram aumentando. Na época nós tínhamos uma ideia da quantidade de famílias, que eram aproximadamente 760, mas não tínhamos o cálculo do número de lotes. Ainda por cima, a Associação estava em fase de criação e os custos para se ter com a regulamentação não poderiam ser feitos com a Associação, e sim com os moradores (JACKSON).

E segue sua declaração com mais detalhes:

Eu fui orçar uma topografia para 760 lotes, pois tínhamos o cálculo de 760 famílias, e se passou de 1 milhão de reais. Aí eu pensei: ‘nunca que vamos conseguir esse valor’. Foi então que me reuni novamente com a juíza e, depois de algumas reuniões, estabelecemos em fazer uma parceria com a UFRGS, num valor muito mais baixo do que encontramos inicialmente. Com isso, chegamos ao acordo de que sairia 300 reais por lote e que cada família iria contribuir. Um preço que todos entenderam ser justo se tratando da regularização de todos os documentos dos terrenos.

Em seguida, o mesmo foi questionado sobre como foi feita a divisão de valores e quais as dificuldades encontradas, que relatou:

Num primeiro momento, dividimos o valor em 3x. num boleto de 100 reais mensais. Mas tiveram aquelas famílias que não conseguiram. Tivemos parceiros que nos ajudaram. Tivemos família que se disponibilizaram para pagar para outras famílias que não conseguiriam. Tivemos uns 15 casos assim. Fizemos até boleto de 50 reais.

Por fim, Jackson comentou sobre os atores responsáveis e que se envolveram neste processo de regularização. Um projeto que, segundo ele, teve o protagonismo dos “5 poderes”, representados pelo município, Fórum (através da juíza Laura), o Registro de Imóveis e a comunidade.

Outro morador que ajudou na transformar a regularização de sonho para realidade foi o seu Aílton. Inclusive, fez ações junto com Jackson, destacando que o mesmo tinha bastante habilidade para conversar, uma maior facilidade com os diversos grupos sociais da Portelinha. Como ele disse:

A 8 anos atrás eu fiz abaixo assinado para que colocassem luz aqui no bairro. Um pouco depois aí sim entrou o Jackson. E o Jackson tem mais molejo para falar com todos os tipos de grupos aqui do bairro. Eu já não tenho esse molejo para entrar em alguns locais, embora sempre tenha sido respeitado por todos e eu também respeitar todos aqui.

Ao abordar a questão dos “locais”, que podemos aqui denominar de diferentes espaços, Aílton foi questionado sobre a segurança na Portelinha, respondendo que:

Aqui ninguém rouba de ninguém. Se existe ladrão aqui - e não estou afirmando que tem - mas apenas reforçando que, se existe, não rouba aqui dentro. Desde que moro aqui só teve duas mortes. Aqui não tem tiroteio. Os bandidinhos que vinham aqui roubar- roubaram lâmpada- tomaram uma camaçada de pau no meio da rua e nunca mais vieram.

Logo em seguida, com um sorriso no rosto, ele completa dizendo que gosta de morar na Portelinha e que sua família dá muito valor ao bairro onde moram. Finaliza dizendo que “todo mundo está gostando que a Portelinha será regularizada. Todo mundo está colocando a mão para o alto, principalmente depois que a Corsan passar e vier a pavimentação. Todo mundo fala ‘graças a deus, o povo agora vai nos enxergar’”.

Outra pessoa que valorizou muito a proposta de regularização e contribuiu para com ela, foi o entrevistado Bira. O morador é um entusiasta e acredita na valorização da Portelinha em muitos sentidos. Segundo ele:

Vai valorizar sim! (a Portelinha) Um pouco antes de oficializar a regulamentação, o pessoal já estava batendo de porta em porta para cadastrar as famílias. A gente sempre correu muito pela comunidade. A Portelinha vai evoluir muito. O pessoal não vai ver mais como um lugar horrível, um lugar que tem muito bandido. A Portelinha é um lugar bom. Se tu saíres hoje a noite pela comunidade pode sair tranquilo. Se tu pegares teu carro e entrar de madrugada aqui, não vai acontecer nada. Minha mulher, que trabalha como enfermeira, muito teve que voltar pra casa de madrugada e nunca aconteceu nada com ela. Aqui tem muita família. O que existe é preconceito. E bandido tem em todo lugar.

Quando questionada sobre as consequências da regularização, a entrevistada Vânia citou um ponto positivo e outro negativo. O lado ruim, segundo ela, é que com a regularização, ou seja, água e luz de maneira legal, portanto com conta para pagar, vai levar algumas famílias a procurarem outros espaços.

Morei um tempo no Agual e te digo que muita gente procurou outra invasão para não ter que pagar água e luz. Isso ocorre muito. Fico muito preocupada com muitos aqui na hora que tiver que pagar as contas de água e luz. Muitos não têm condições. Muitos não tão conseguindo colocar comida na mesa, então eu me pergunto como vão pagar um poste de luz, como vão pagar a conta. Muitos amigos meus já foram embora daqui, pois não tiveram condições de pagar, mesmo tendo auxílio do governo. É que usam esse auxílio para a comida. Muitos têm 5, 6 ou até 7 filhos e daí esse dinheiro que vem

do governo, que já é pouco, nem do direito pra todos. E não tem trabalho em Tramandaí, né? Ou é na reciclagem ou na reciclagem. Alguns conseguem sorte maior e conseguem um mercado, mas é muito pouca opção (VÂNIA).

Contudo, a moradora entende a importância da regularização para o bairro e as pessoas que ali moram, dizendo que:

A questão da luz é incrível. Além de todos benefícios que ter luz regular nos traz é o aumento da segurança. É horrível esses postes com esses fios pendurados. Volte e meia algum tendo que subir nos postes para arrumar, na chuva, correndo risco de morrer. Eles sendo malabaristas com aquelas escadinhas tentando emendar os fios.

Figura 26: Instalação de poste de luz regular



Fonte: Foto do autor. 2023

Entretanto, tudo indica que não teremos mais a possibilidade de assistirmos, de forma rotineira, pessoas moradoras da Portelinha fazendo malabarismo para restabelecer luz em suas casas. Afinal, o processo de regularização fundiária é real. Como pesquisador, tive a oportunidade de assistir alguns postes sendo instalados, quando de algumas visitas na comunidade para se fazer as entrevistas. Isso significa esperança. Esperança de uma vida mais digna dentro de uma casa que muitos já podem chamar se sua.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este presente trabalho teve a intensão de responder a seguinte pergunta: quais são as trajetórias e os motivos que levaram pessoas a ocuparem espaços sem serviço (público) básico, como água, esgoto e luz? Acredito que algumas respostas foram possíveis de se encontrar. No entanto, em função do recorte pequeno de entrevistados e do tempo disponibilizado, um diagnóstico preciso e detalhado não foi viável e os objetivos foram atingidos de forma parcial. Neste ponto, penso que para melhor compreensão do tema abordado aqui, se faz necessário mais aprofundamento em um espaço de tempo maior. Contudo, alguns resultados importantes foram adquiridos. A seguir, algumas considerações desta pesquisa realizada na ocupação da Portelinha.

Se faz relevante relatar a intenção dos entrevistados em dizer e denunciar a condição de vidas que muitos deles passaram e passam na Portelinha. Questões como o preconceito, a pobreza, as distâncias, o problema de infraestrutura foram um dos itens falados pelos entrevistados.

Assim, esta pesquisa se fez necessária, na medida em que buscou dar amplitude às suas vozes. Serviu, também, para que mais pessoas pudessem entender como estes sujeitos se reconhecem, sensibilizando para a necessidade de construirmos uma sociedade mais digna e justa para todos nós.

Outro ponto central deste trabalho, foram os motivos que levaram as pessoas a irem morar na Portelinha. Em relação a esta questão, as respostas apresentaram mais homogeneidade. Todos afirmaram que o aluguel era um grande problema e que a casa própria era sonho e razão para se mudarem para espaços de ocupação irregular. Aliás, a expressão “o aluguel come na mesa” foi falada por quase todos os entrevistados.

Outrossim, quando conversamos sobre a regularização fundiária da Portelinha, foi unânime que esta vai trazer muitos benefícios para os moradores e para a comunidade em si. Afinal, com água vinda do serviço público é garantia, por exemplo, de manutenção e preservação dos eletrodomésticos. As ruas, muito comentadas pela sua precariedade, serão revitalizadas e melhoradas. Ou seja, existe um sentimento coletivo de que, com a regularização, o poder público irá olhar com mais atenção os problemas da Portelinha.

Foi possível também considerar que as ocupações, a curto prazo, não vão acabar. Se hoje a Portelinha foi contemplada com a regularização fundiária, alguns moradores vão guinar a ocupar outros espaços. Isso se deve ao fato que a regularização traz custos às famílias e pessoas que lá moram, como conta de luz e água, e por lá existirem muitas famílias em situação

de pobreza. Além disso, foi possível identificar e perceber que muitos dos moradores da Portelinha vieram do Agual, antiga ocupação irregular que, com a sua regularização, se tornou o bairro Parque dos Presidentes, confirmando uma das hipóteses levantadas inicialmente neste trabalho. Aliás, se considerarmos as falas de alguns entrevistados de que as ocupações se iniciaram a muito tempo atrás, pelo centro da cidade, podemos dizer que toda região de Tramandaí é fruto de uma grande invasão.

Outro ponto a ser mencionado aqui é em relação ao título desta pesquisa. No título deste trabalho, a Portelinha é denominada como uma comunidade. Contudo, as palavras *invasão*, *ocupação*, *vila* e, até *bairro*, foram mencionadas pelos entrevistados. Então, se faz aqui importante esclarecer algumas considerações. Numa das conversas com Jackson, presidente da associação dos moradores, foi possível chegar a algumas conclusões sobre o que, de fato, é a Portelinha. Isso ocorreu a partir da pergunta que fiz para o presidente, sendo esta se a Portelinha era uma ocupação ou invasão, quando ele me responde: *depende*.

E de fato depende. Depende, pois num primeiro momento, a Portelinha foi uma invasão, já que os primeiros a ocuparem o espaço são *tatuíras* ou também conhecidos como *cabeças de lata*, que chegaram cercando os terrenos para, logo em seguida, vende-los com um propósito único e exclusivo de lucrar. Ora, esta prática nada mais é do que um sistema comercial paralelo imobiliário, sem nenhum propósito de engajamento com o direito à moradia.

Contudo, à medida que os *tatuíras* vão se desfazendo dos terrenos e procurando novos espaços para invadir, famílias em sua maioria vão ocupando estes espaços, configurando, agora, numa população estritamente ligada a questão da moradia. Assim, temos uma ocupação.

Mas essa ocupação, perante a lei, é irregular. A luz e a água são “gato” e as ruas são de difícil acesso. Porém, com a regularização fundiária, isso tudo começa a mudar. Com a regularização fundiária, a Portelinha se viu obrigada a criar uma associação comunitária. Com a regularização, a casa própria enfim se tornou uma realidade, uma realidade que, de forma quase unânime, era um sonho comum. E deste sonho comum que se originou a ocupação, iniciou-se o processo de consolidação da Portelinha como uma comunidade.

Por fim, faço algumas considerações acerca de minhas percepções em relação ao desenvolvimento de Tramandaí e, por consequência, do litoral norte do RS, a partir do meu deslocamento para a Portelinha, com a finalidade de se fazer as entrevistas. E também, somando-se a isso, as minhas idas para Capão da Canoa na condição de professor de uma escola deste município. Ao fazer, por um bom tempo, este eixo Portelinha/Capão da Canoa e anexando esta experiência com os resultados parciais que adquiri nesta pesquisa, é possível sugerir que existe uma disputa bem clara e destacada de dois projetos antagônicos e opostos de

desenvolvimento para o litoral norte. Pois, se temos a Portelinha como uma ocupação irregular, quando nos direcionamos para o lado oposto, em direção a Capão da Canoa, é possível visualizar muitos exemplos de contrastes entre, de um lado um condomínio fechado para ricos e, do outro lado, centenas de casas amontoadas se configurando em mais uma ocupação irregular.

Então, fica aquela questão: que tipo de desenvolvimento queremos para nossa região do litoral norte gaúcho? Seria aquele em que a desigualdade social, consequência de um modo de produção capitalista indiferente a dignidade humana, ao qual produz residências de luxos construídas de forma desenfreadas, seguidas de obras grandiosas sem os devidos estudos sobre seus impactos ambientais e joga para o outro lado da estrada milhares de famílias sem condição de moradia? Ou temos alguma alternativa para que todos vivam com um mínimo de dignidade em sintonia com o meio ambiente litorâneo?

Esta reflexão, nos leva a última hipótese deste trabalho, a de que famílias pudessem ter optado por ocupar o espaço, hoje denominado Portelinha, em função do reflexo da expansão do capital imobiliário.

É muito provável que sim. No entanto, não é possível afirmar de forma acadêmica e científica a partir do estudo aqui realizado. É necessário, para maior compreensão e constatação, ou não, desta hipótese, de um estudo mais aprofundado, disponibilizando tempo e pesquisa. Por isso, este trabalho pode servir como referência e incentivar que mais pesquisas qualitativas abordem a pobreza e a questão da moradia no litoral norte do RS.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, L.F. **A cidade como palco de contradições: a formação de ocupações urbanas em Porto Alegre RS**. PPGE/UFRGS. 2016.
- BATISTA, S. FARIA, C.S. **Projeto de extensão universitária: o direito à moradia e a apropriação privada da terra em Chapada dos Guimarães-MT**. UFMT, 2018.
- CHAGAS, C. **A periferização da pobreza e da degradação sócio-ambiental na Região Metropolitana de SP, o caso de Francisco Morato**. Dissertação. 2007.
- CHICO SCIENSE E NAÇÃO ZUMBI. **Manguetown**. Recife: Sony Music Entertainment (Brasil) I.C.I. 1996.
- CRESWELL, J.W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DARÒS, M.L. **Pobreza, ressentimentos e luta por reconhecimento: Um estudo na Ilha Grande dos Marinheiros- Porto Alegre**. Dissertação. Unisinos, 2009.
- FARION, Sonia Rejane Lemos. **Crescimento Urbano e as alterações ambientais no município de Tramandaí: análise geográfica com ênfase nas diferenciações espaciais**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-graduação em Geografia, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/11253>
- FLICK, Uwe. Entrevistas. In: **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Centro de Estatística e Informação. Déficit habitacional no Brasil: Municípios Selecionados e Microrregiões Geográficas**. Belo Horizonte, 2019.
- GAMALHO, N.P. & HEIDRICH, A.L. 2011. Periferia: A Produção Do Espaço e Representações Sociais no/do bairro Restinga – Porto Alegre/RS. Para Onde!?, v. 2.
- GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: **Pesquisa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Perfil Socioeconômico do COREDE Litoral**. Porto Alegre: 2015. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134132-20151117102724perfis-regionais-2015-litoral.pdf>

HANNA, Paul; MWALE, Shadreck. "Não estou com você, mas estou"... entrevistas face a face virtuais. In: **Coleta de dados qualitativos – Um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais**. 1 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2019 (Hanna, 2019, p. 12)

HARVEY, D. **O Direito à Cidade**. New Left Review, n. 53, 2008.

IBGE. Cidade e Estados- 2010-2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/tramandai.html>

JORNAL ROTA DO MAR. **Operação da BM - PC - Prefeitura e CEEE na vila Portelinha em Tramandaí**. 2016. Disponível em: https://jornalrotadomar.com.br/ci/C_Noticiaver/vernot/4518

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte, UFMG, 2021.

LEGIÃO URBANA. **L'Age D'Or**. Rio de Janeiro: EMI Music Brasil Ltda, 1991.

LEGUIZAMÓN S. **A produção da pobreza massiva e sua persistência no pensamento social latino-americano**. CLACSO, 2007.

LOPES, B. RUIZ, T. ANJOS, F. **A ocupação urbana no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Brasil, e suas implicações no turismo de segunda residência**. Rev. Bras. Gest. Urbana 10. Maio- agosto 2018.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo, HUCITEC, 1996.

MARICATO, E. **O futuro do Trabalho no Brasil: Radiografia da crise do trabalho**. Youtube. 2020.

MEDEIROS, M. **O que faz os Ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira**. São Paulo: Hucitec. 2005.

MILANO G. B. **Conflito fundiários urbanos e poder judiciário**. Curitiba, Editora Íthala, 2017.

MILLER, Daniel; Trad. BALSÁ, Camila Balsa; BAZZO, Juliane. **Notas sobre a pandemia: Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social**. 2020, disponível em: Blog do Sociofilo [blogdosociofilo.com).

NICOTTI, A. BARIVIERA, C. CORRÊA H. TEIXEIRA, R. **Agual” e Portelinha: análise sócio espacial a partir dos conceitos de pobreza urbana e direito à cidade**. UFRGS. PGDREDES. 2022.

PESSOA, V.L.S. **Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo.** Geo UERJ - Ano 14, nº. 23, v. 1, 1º semestre de 2012 p. 4-18

PHILLIP, Hugo César. **A contribuição da Geografia em questões fundiárias: o caso do conflito no balneário “Tramandaí Beira Mar”.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduação em Geografia. Instituto de Geociências, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/205210>

PIKETTY, T. **O capital no século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

RAPPA, O. **Sujo.** Rio de Janeiro: WEA International Inc. 1994

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Rocha, W. M. Martins, C. A. **As políticas públicas de moradia: a formação do loteamento Cidade de Águeda no município do Rio Grande – RS.** Congresso internacional sustentabilidade, habitação e interesse social. Porto Alegre, de 04 a 07 de maio de 2010.

SANTOS, F. M. **Análise de conteúdo: A visão de Laurence Bardin.** Revista Eletrônica de Educação, v. 6, n. 1, mai. 2012. Resenhas. ISSN 1982-7199. Programa de Pós-Graduação em Educação. UCB.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: Editora USP. 1999

SANTOS, M. **Pobreza Urbana.** São Paulo: Editora USP. 1978

STROHAECKER, T. **A urbanização no litoral norte do RS: Contribuição para a gestão urbana ambiental de Capão da Canoa.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. **UFRGS irá firmar convênio para regularização urbana em comunidade de Tramandaí.** 2021. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/ufrgs-ira-firmar-convenio-para-regularizacao-urbana-em-comunidade-de-tramandai>

VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto.**

UNICAMP. DOI 10.20396/temáticas v22i44. 10977. 2020

APÊNDICE A

Figura 27: Depósito de lixo nas margens da rua



Fonte: Foto do autor

Figura 28: Depósito de lixo em terreno baldio



Fonte: Foto do autor

Figura 29: Rua após uma breve chuva



Fonte: Foto do autor

Figura 30: Rua da Portelinha



Fonte: Foto do autor

Figura 31: Residência de um reciclador



Fonte: Foto do autor

Figura 32: Vaca no pátio da vizinha da Vânia



Fonte: Foto do autor

Figura 33: Residência ao norte da Portelinha



Fonte: Foto do autor

APÊNDICE B**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO**

Nome: _____

Idade: _____

Cidade de nascimento: _____

Estado civil: _____

Escolaridade: _____

Quantas pessoas residem na casa da família: _____

APÊNDICE C

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

- 1) Qual a sua região de origem? Município (região metropolitana de onde?)
 - 2) Qual foi seu último local de moradia?
 - 3) Em quantas outras localidades e regiões você e sua família já moraram?
 - 4) A quanto tempo você está morando na Portelinha?
 - 5) Como soube da possibilidade de ter uma moradia na comunidade da Portelinha?
 - 6) Quais são as dificuldades de morar na Portelinha?
 - 7) Quais são os pontos positivos e negativo do processo de regulamentação fundiária da comunidade da Portelinha?
- {Espaço aberto para demais assuntos }

APÊNDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Regional e Desenvolvimento (PGDREDES) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no Campus Litoral Norte (CLN), intitulada “**POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO LITORAL NORTE DO RS: UM ESTUDO NA COMUNIDADE PORTELINHA, NO MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ**”

O objetivo da pesquisa é investigar os motivos às quais levaram famílias a ocuparem o espaço que hoje se denomina Portelinha, localizada no município de Tramandaí-RS.

A sua participação é muito importante e consistirá em **RESPONDER AS PERGUNTAS REALIZADAS SOB A FORMA DE UMA ENTREVISTA.**

Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Os dados da pesquisa serão usados estritamente pelos pesquisadores, para contribuir com esta pesquisa.

Destacamos que sua participação não acarretará nenhum prejuízo ou dano pelo fato de colaborar, assim como não terá nenhum ganho ou benefício direto. Informamos que o(a) senhor(a) não pagará nem será remunerado por sua participação.

Caso você tenha dúvidas sobre o comportamento dos pesquisadores ou sobre as mudanças ocorridas na pesquisa que não constam no TCLE, e caso se considera prejudicado (a) em sua dignidade e autonomia, você poderá entrar em contato com o mestrando *Álvaro Ribeiro Nicotti* pelo telefone (51) 9919-00006 ou seu orientador Prof. Dr. *Dilermando Cattaneo da Silveira*.

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, solicitamos sua assinatura de autorização neste termo, que será também assinado pelo pesquisador responsável em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com a pesquisadora.

() Autoriza fotografias e gravação de voz. () Não autoriza fotografias e gravação de voz.

Tramandaí, ____ de _____ de 20____.

Nome do(a) participante

Nome do(a) pesquisador(a)